

TRIBUNAL DE C

e-DOC 4BD35727

Protocolo:

24105319/2020

e-Doc: 6A01BFD6

24/09/2020 20:19:27

[www.tc.df.gov.br/consultas](http://www.tc.df.gov.br/consultas)





**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**Leandro Grass**, brasileiro, casado, Deputado Distrital, portador do R.G 2.168.161 e do CPF 000.143.601-52, com domicílio profissional no Edifício Sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Gabinete 13, situado na Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - CEP: 70.094-902, vem, respeitosamente, com amparo no art. 230, inciso III, c/c 1º, XIX, ambos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, apresentar a presente

**REPRESENTAÇÃO**

Em face de possíveis ilegalidades praticadas pela Secretaria de Estado de Saúde em relação à contratação de empresa para a construção do Hospital de Campanha do Estádio Mané Garrincha, localizado na Região Administrativa do Plano Piloto (RA-I)



## **I – DOS FATOS**

A presente representação tem por escopo avançar na fiscalização relacionada ao processo de dispensa de licitação que ensejou na contratação da Empresa CONTARPP Engenharia Ltda. para a adequação do Estádio Nacional Mané Garrincha para a implementação de Hospital de Campanha, com a criação de 200 leitos para a internação de pacientes em tratamento de coronavírus.

Não se olvida da existência da Lei Federal nº 13.979/2020, em especial de seu artigo 4º, que admitiu a dispensa de licitação para aquisição ou contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, além de insumos destinados ao enfrentamento da Covid-19.

Sucedem que mesmo a dispensa de licitação não pode ser realizada ao alvedrio dos princípios informativos da Administração Pública, sobretudo daqueles relacionados à publicidade/transparência, bem como à eficiência, haja vista que os recursos públicos têm limites.

Dito isso, o processo de coleta de propostas para adequação do Estádio Mané Garrincha para a posterior instalação do Hospital de Campanha chama a atenção não só deste parlamentar, mas de toda a sociedade do Distrito Federal, em razão da sistemática aplicada para a contratação da referida empresa.

Com efeito, urge destacar que o então Secretário de Saúde, Senhor Francisco Araújo Filho, anunciou, no dia 30 de março do corrente ano, a dispensa de licitação para a adaptação do Estádio Mané Garrincha para receber um hospital de campanha. Quanto a isso, a decisão se revela bastante acertada, em razão do crescente número de casos, à época e que ainda persiste.

Sucedem que, apesar de anunciada no dia 30.3.2020, o chamamento e aviso de abertura da dispensa de licitação foi publicado no dia 2.4.2020, em edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal, consoante documento anexo. Eis o referido extrato:

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES comunica, por meio do Ofício Nº 453/2020, a abertura para recebimento de propostas referente à CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA DE ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ADEQUAR O ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA MANÉ GARRINCHA NO SENTIDO DE IMPLEMENTAR O



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



HOSPITAL DE CAMPANHA E CRIAR 200 (DUZENTOS) LEITOS DE INTERNAÇÃO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE CORONAVÍRUS (COVID-19), para atender as necessidades da Secretaria de Saúde – SES-DF, nos termos do Art. 4º da Lei Federal 13.979/2020, processo nº 00060-00129560/2020-83- SES/DF (SEI). **O recebimento das propostas será até as 15h do dia 03 de abril de 2020, por meio eletrônico através do e-mail dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com.** O Ofício de convocação e o Projeto Básico deverão ser solicitados pelo mesmo e-mail de envio das propostas. IOHAN ANDRADE STRUCK Subsecretário.

Veja-se, nobres Conselheiros. O extrato de dispensa foi publicado no dia 2.4.2020, em edição extra. A edição extra do Diário Oficial, normalmente, é publicada no final do dia. Sendo assim, e considerando que o prazo para apresentação de propostas foi de menos de 24 (vinte e quatro) horas.

Esse fato causa estranheza porque não está a se tratar de uma obra simples. Trata-se de uma adequação de um espaço de uma arena esportiva, construída para um determinado fim, razão pela qual não parece razoável e nem suficiente que as empresas tenham menos de 24 horas para apresentarem propostas técnicas robustas para a adaptação do espaço.

Ademais, o processo SEI o qual originou a demanda não está público, ou seja, havia dificuldade em verificar quais são os detalhes da proposta e o do objeto a ser contratado e efetivamente realizado.

O que se tem, e não há notícias de quando isso ocorreu, mas provavelmente após a celebração do contrato, é a divulgação do Projeto Básico, que fora assinado no dia 1.4.2020 e tratava explicitamente do valor, requisitos de apresentação de proposta e contratação e a qualificação técnica das empresas concorrentes, sendo que para o julgamento deveria ser adotado o critério de MENOR PREÇO, sendo julgada vencedora a empresa que apresentar o maior desconto.

Por fim, Excelências, parece ser inadmissível que a Secretaria de Estado de Saúde não tenha um canal de comunicação oficial para o recebimento de propostas. Não se discute a competência do *Google/Gmail* para o serviço de recebimento de mensagens eletrônicas.

No entanto, uma Secretaria que detém um orçamento enorme, que tem um gasto enorme com a gestão, uma série de sistemas de controle, não parece ser



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



confiável que as propostas sejam encaminhadas a um endereço que não tenha vinculação com o Poder Público.

Para além disso e isso é o que causa mais estranheza, é que a Empresa CONTARPP, que logrou a sétima posição nas propostas apresentadas, é que foi a escolhida.

Essa estranheza inclusive já foi objeto de análise por esta Colenda Corte, no bojo da representação nº 674/2020, que analisou as peças do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83. O voto do Conselheiro Manoel de Andrade contém expressa referência atinente aos descontos trazidos pelas empresas que mandaram exíguas propostas, consoante se extrai do seu relato, destacando-se manifestação da Unidade Técnica:

Diante disso, não havendo informações mais detalhadas, residem dúvidas quanto à adequação da metodologia e das justificativas utilizadas para a necessidade, a estimativa e a fixação dos quantitativos dos itens nos patamares indicados na Planilha Orçamentária, conforme faz prova, por exemplo, o seguinte apontamento técnico:

(...)

Adicionalmente, **colhe-se da instrução que a proposta da contratada foi apresentada desacompanhada de planilha orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3 do Projeto Básico, não tendo sido identificado encaminhamento posterior para suprir a irregularidade e providenciar a documentação supramencionada, necessária para a correta avaliação da viabilidade da proposta contratada.**

Para além disso, a Empresa CONTARPP, contratada, concedeu desconto, no valor estimado do serviço, de 16,21%, relativo ao valor estimado para a contratação. Outras empresas concederam descontos maiores e, sem que houvesse a publicidade das razões para tanto, tais propostas foram sumariamente desclassificadas. Com efeito, a sua proposta foi de R\$ 5.092.313,27 (cinco milhões, noventa e dois mil, trezentos e treze reais e vinte centavos), superior à de outras seis empresas.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



Veja-se, excelências que, consoante se verificou do processo judicial que ensejou a Operação Falso Negativo, as discussões restaram cingidas ao ajuste de propostas, tendo já sido denunciados uma série de atores que também participam do presente projeto. Não se está a dizer que isso tenha acontecido, no presente caso.

Mas chama atenção que a empresa classificada na sétima posição, que ofertou desconto menor e que, consoante já visto, não teria apresentada a proposta de forma correta, tenha sido a contratada pela Administração Pública e, conforme já visto, em prazo muito exíguo!, à semelhança das contratações relacionadas na Operação Falso Negativo.

Por fim e não menos sem importância, a CONTARPP também foi a contratada para a construção do Hospital de Campanha da Ceilândia, ao custo de R\$ 10.488.201,61 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e um reais e sessenta e um centavos), tudo isso em processos que carecem de transparência, o que ensejou este Parlamentar a apresentar a representação nº 897/2020, que resultou na decisão nº 3703/2020, em que esta Corte determinou a abertura de todos os processos.

Assim, diante de tais indícios e considerando a competência do Tribunal para apreciar eventuais atos que sejam danosos ao erário, serve a presente representação para que seja verificada a regularidade da contratação da Empresa CONTARPP para a adaptação do Estádio Mané Garrincha.

## **II - DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS VIOLADOS**

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 19, determina que a Administração deve obsequiosa obediência ao princípio do interesse público, cujo teor ora se destaca:

Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, **eficiência e interesse público**, e também ao seguinte:

A Lei Orgânica trata da legalidade, da eficiência e interesse público como premissa básica para atuação do Administrador Público.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



Assim, para que seja eficiente e use o recurso público finito da melhor forma, é certo que deve agir de acordo com as suas normas, em benefício do interesse público.

Para além disso, é preciso destacar que a Lei Federal nº 13.979/2020 estabeleceu a possibilidade de dispensa de licitação, haja vista a situação sem precedentes vivida no Brasil e, por consequência, no Distrito Federal. Sucede que a dispensa de licitação não é um salvo conduto para a Administração agir da forma que quiser.

Ao contrário, o artigo 4º da Lei 13.979/2020 não revogou o Parágrafo único do artigo 26 da também Lei Federal nº 8.666/1993. Destaque-se para o referido dispositivo:

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

**II - razão da escolha do fornecedor ou executante;**

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Sendo assim, mesmo dispensável, e em obediência ao princípio da legalidade, transparência e eficiência, a Administração precisa justificar a motivação pela qual o procedimento fora dispensado.

E veja-se que pela dicção legal, não basta dizer qual é a situação emergencial. É preciso dizer as razões de escolha do fornecedor/executante e a justificativa do preço, sob pena de invalidade do ato administrativo.

Repito. Não me olvido da situação sem precedentes vivida pelo Distrito Federal. Contudo, as regras precisam ser seguidas. E isso serve para dar segurança à sociedade e mais, para permitir a responsabilização, caso exista algum descompasso normativo.

Com efeito, do que se tem público sobre o processo, que é muito pouco – Projeto Básico, Aviso de recebimento de Propostas, Contrato e Publicação do Extrato, não



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



estão explicitadas as razões pelas quais a Contarpp foi a contratada, sobretudo porque havia propostas mais vantajosas para a Administração.

Reitere-se o fato de que, à luz da Lei Federal 9.784/1999, aplicável ao Distrito Federal por meio da Lei Distrital nº 2.834/2001, a motivação para a prática de qualquer ato deve ser clara, explícita e congruente. É o que diz o seu artigo 50, IV, § 1º:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

(...)

**IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;**

(...)

§ 1º A motivação deve ser **explícita, clara e congruente**, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

No entanto, não é isso que se verifica do processo. Além de estar indisponível para consulta, o que se depreende de fatos destacados pela Imprensa, bem como pela representação de empresa que não foi a selecionada e conforme já explicitado nos fatos, a sétima colocada logrou êxito em ser a contratada, mesmo com propostas melhores.

Ao que parece, ao menos publicamente, não há essa justificativa. Isso evidencia, a não mais poder, a violação ao princípio da legalidade, da publicidade, da eficiência e, ainda que não tenha sido um edital, o princípio da vinculação, haja vista que o Projeto Básico trazia os critérios de julgamento das propostas, sendo o Menor preço o parâmetro para contratação.

E não é só, Excelências.

Aqui, o problema se relaciona à ausência de transparência, mas acaba revelando atuação completamente desarrazoada dos gestores públicos, que inclusive hoje estão recolhidos em razão de prisão preventiva (Iohan Struck e Francisco Araújo).

Como pensar em um processo justo, célere e razoável se ele é aberto no final de um dia e o encerramento do envio de propostas é no outro dia, às 15h? Se o objeto da contratação fosse o fornecimento de um produto de fácil acesso, até se poderia relevar esse aspecto. Contudo, destaca-se, novamente, o objeto contratado pela Secretaria de Estado de Saúde:





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



Contratação emergencial de empresa de especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sendo de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19) , conforme condições e especificações deste Termo de Referência.

(...)

O valor esmado para a contratação é de R\$ 6.077.270,20 (seis milhões, setenta e sete mil, duzentos e setenta reais e vinte centavos) e está representado na Planilha Orçamentária em anexo (37994759), em seguida da Anotação de Responsabilidade Técnica do orçamentista responsável (37994840).

Ora. A proposta deveria ser acompanhada de planilha orçamentária com uma série de detalhes, além da anotação de responsabilidade técnica. Novamente indaga-se: considerando a complexidade da obra, o prazo de encaminhamento é razoável? Não parece ser. E mais, da proposta contida no sítio eletrônico [www.coronavirus.df.gov.br](http://www.coronavirus.df.gov.br), a proposta vencedora contém apenas uma página! Isso mesmo, uma página, sem adentrar nos detalhes técnicos da forma de adaptação do local.

Aqui não há um prejulgamento das autoridades envolvidas. Mas é curioso que os processos de compras de testes rápidos, também com a dispensa de licitação, e com prazos exíguos e processos não disponíveis, geraram uma série de problemas, sendo que o modo de operação, no presente caso (prazos curtos, decisões desmotivadas, entre outros aspectos), parece se assemelhar, o que permite afirmar que é preciso fiscalizar a referida contratação, algo que a Câmara Legislativa não se permitiu fazer, ao não instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar tais processos.

Assim, o processo, como um todo, não é razoável a apontar, nos termos do artigo 2º da Lei 9.784/99, a violação ao princípio da razoabilidade, que também deve ser obsequiosamente observado pelo Distrito Federal.

Por fim, e não menos sem importância, e isso é um fato recorrente, é que a Secretaria de Estado de Saúde tem lançado mão de usar e-mails do Gmail para receber as propostas em casos de dispensa de licitação. É óbvia a competência da empresa para gerir aplicativos e páginas de recebimento de mensagens eletrônicas.

No entanto, não parece lícito à Administração, sobretudo em processos de dispensa de licitação, que o e-mail utilizado não seja um e-mail funcional ou oficial,



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



vinculado ao Poder Público, ainda mais em uma secretaria de administra um orçamento enorme. Isso serve, inclusive, para permitir o rastreio de mensagens e a auditoria por parte dos setores competentes.

Com efeito, não é um caso isolado. Vários outros também lançaram mão do e-mail do Gmail, todos da Secretaria de Estado de Saúde, conforme se verifica, a seguir:

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO A Secretaria de Saúde comunica, a abertura para recebimento de propostas referente à proposta de Teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19, podendo ser utilizado em amostras de sangue total, soro e plasma, com registro junto à ANVISA, para enfrentamento ao COVID-19, nos termos da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, processo nº 00060-00153393/2020-91 - SES/DF (SEI) e Ofício 654/2020. O recebimento das propostas será até as 15h do dia 14 de abril de 2020, por meio eletrônico através do e-mail [dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com). O Ofício de convocação e o Projeto Básico poderão ser solicitados através do mesmo e-mail de envio das propostas. IOHAN ANDRADE STRUCK Subsecretário.

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES comunica, por meio do Ofício Nº 693/2020, a abertura para recebimento de propostas referente à Aquisição Emergencial de 300 VENTILADORES PULMONARES MICROPROCESSADO COM TURBINA DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL tratamento de coronavírus (COVID-19), nos termos do Artigo 4 da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, processo nº 00060-00160364/2020- 86- SES/DF (S.E.I.). O recebimento das propostas será até às 15h do dia 24 de abril de 2020, por meio eletrônico através do e-mail [dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com](mailto:dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com). O Ofício de convocação e o Projeto Básico deverão ser solicitados através do mesmo e-mail de envio das propostas. IOHAN ANDRADE STRUCK Subsecretário.

Veja-se a diferença de um procedimento realizado pela Secretaria de Estado de Economia:



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Processo: 0040.00012519/2020-43. A Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG/SEGEA/SEEC comunica a abertura de Dispensa de Licitação, fundamentada na Lei nº 13.979/2020, e obedecidas as recomendações do Parecer Referencial nº 002/2020 PGCONS-PGDF, referente à aquisição de EPIs (Luvas de Procedimento tamanhos P, M e G e Máscaras N-95). O prazo de entrega dos materiais será de 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho. **O recebimento das propostas será até às 14 horas do dia 20 de abril de 2020 por meio do endereço eletrônico [flavia.gonzaga@economia.df.gov.br](mailto:flavia.gonzaga@economia.df.gov.br)**, no qual também poderá ser solicitado o Projeto Básico. FLAVIA MARIA GONZAGA Coordenadora.

Assim, para os fins de transparência, é preciso que sejam utilizados endereços oficiais, permitindo-se o controle efetivo, seja ele interno ou externo.

**III – COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA APURAÇÃO DAS ILEGALIDADES ORA APONTADAS**

Por fim, cumpre observar que, diante das evidentes ilegalidades e do potencial prejuízo ao erário distrital, é certo que o Tribunal de Contas do Distrito Federal detém competência para apreciar e julgar a presente representação. Nesse particular, destaque-se o que dispõe o Regimento Interno desta Colenda Corte de Contas:

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, compete:

(...)

XIX - apurar e decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por cidadão, partido político, associação ou sindicato, bem como sobre representações em geral,



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



**versando sobre irregularidades e ilegalidades de atos  
sujeitos ao seu controle;**

(...)

“Art. 230. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza”.

Como demonstrado, a contratação da empresa CONTARPP em um processo cuja transparência é questionável, cujos prazos são quase inexecutáveis, com um custo de mais de R\$ 5.000.000,00, com propostas mais vantajosas, revela ato administrativo que pode ensejar em prejuízo ao Erário, razão pela qual requer-se a apreciação do tema por esta Corte de Contas.

**IV – DOS PEDIDOS**

Demonstrada pois, a competência, dessa Corte, bem como os indícios concernentes às irregularidades apontada, requer-se seja recebida a representação, nos termos do artigo 230 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e, caso sejam confirmadas as violações aos princípios constitucionais e legais no processo de contratação da Empresa Contarpp, sejam apuradas as responsabilidades, com a determinação de devolução ao erário dos valores gastos em excesso para adaptação do Estádio Mané Garrincha.

Para além disso, requer seja recomendado às autoridades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que as propostas de contratação, quaisquer que sejam, devam ser encaminhadas a canais oficiais, devidamente vinculados à Secretaria e à sua estrutura formal, para que possam ser rastreados e acessados pelos servidores diretamente envolvidos nos processos abertos. Referida recomendação deve se estender ao longo do tempo, não se limitando ao tempo de pandemia e de vigência de Decretos de Estado de Calamidade.

Por fim, requer seja determinada a utilização, em processos administrativos, de canais de comunicação oficiais, de modo a permitir o controle público.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Leandro Grass



e-DOC 4BD35727

Além disso, reitera o cumprimento da decisão nº 3703/2020, para que todos os processos de contratação sejam abertos, para, se for o caso, aditar a presente representação.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 23 de setembro de 2020.

**LEANDRO GRASS**  
**Deputado Distrital**  
**Rede Sustentabilidade**

LEANDRO ANTONIO GRASS  
PEIXOTO:0001436015  
2

Assinado de forma digital por  
LEANDRO ANTONIO GRASS  
PEIXOTO:00014360152  
Dados: 2020.09.24 19:28:41  
-03'00'



---

**I – Documentos anexos**

- 1) Publicação do Aviso de Dispensa de Licitação, em 2.4.2020;
- 2) Projeto Básico;
- 3) Proposta de trabalho da empresa vencedora e Contrato 067/2020;
- 4) Voto do Conselheiro Manoel de Andrade na Representação 647/2020;
- 5) Publicação do Extrato do Contrato.



# DIÁRIO OFICIAL

## DO DISTRITO FEDERAL

ANO XLIX EDIÇÃO EXTRA Nº 45-A

BRASÍLIA - DF, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2020

**SUMÁRIO**

	SEÇÃO I PAG.	SEÇÃO II PAG.	SEÇÃO III PAG.
Poder Executivo.....	1	1	
Secretaria de Estado de Saúde.....			1

**SEÇÃO I****PODER EXECUTIVO**

DECRETO Nº 40.587, DE 02 DE ABRIL DE 2020

Altera o Decreto nº 40.583, de 1º de abril de 2020.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º O art. 13 do Decreto nº 40.583, de 1º de abril de 2020, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º O Anexo Único do Decreto nº 40.583, de 1º de abril de 2020, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Empório Lago Oeste” (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 02 de abril de 2020.

132º da República e 60º de Brasília

IBANEIS ROCHA

**SEÇÃO II****PODER EXECUTIVO**

DECRETO DE 02 DE ABRIL DE 2020

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DESIGNAR PAULO PESTANA DA SILVA FILHO para exercer a Função de Membro Titular, do Conselho de Comunicação Institucional do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal.

DESIGNAR PELÁGIO DUARTE SOUSA GONDIM para exercer a Função de Membro Titular, do Conselho de Comunicação Institucional do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal.

DESIGNAR JOSÉ RENATO RIELLA para exercer a Função de Membro Titular, do Conselho de Comunicação Institucional do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal.

IBANEIS ROCHA

**SEÇÃO III****SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES-DF autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 03/2020, processo SEI 00060-00109204/2020-43 referente à contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (Farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SES-DF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde – SES-DF, em favor da empresa BRB SERVIÇOS, no valor global de R\$ 10.815.750,36 (Dez milhões oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 02 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. FRANCISCO ARAÚJO FILHO. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal.

**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SES comunica, por meio do Ofício Nº 453/2020, a abertura para recebimento de propostas referente à CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA DE ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ADEQUAR O ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA MANÉ GARRINCHA NO SENTIDO DE IMPLEMENTAR O HOSPITAL DE CAMPANHA E CRIAR 200 (DUZENTOS) LEITOS DE INTERNAÇÃO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE CORONAVÍRUS (COVID-19), para atender as necessidades da Secretaria de Saúde – SES-DF, nos termos do Art. 4º da Lei Federal 13.979/2020, processo nº 00060-00129560/2020-83- SES/DF (SEI). O recebimento das propostas será até as 15h do dia 03 de abril de 2020, por meio eletrônico através do e-mail dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com. O Ofício de convocação e o Projeto Básico deverão ser solicitados pelo mesmo e-mail de envio das propostas.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário

# DIÁRIO OFICIAL

## DO DISTRITO FEDERAL

Redação, Administração e Editoração:  
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 102, Térreo.  
CEP: 70075-900, Brasília/DF.  
Telefones: (0XX61) 3961-4503 - 3961-4596

IBANEIS ROCHA  
Governador

MARCUS VINICIUS BRITTO  
Vice-Governador

VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

RAIANA DO EGITO MOURA  
Subsecretária de Atos Oficiais

ANTÔNIO PÁDUA CANAVIEIRA  
Subsecretário de Tecnologia da Informação



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**  
**Diretoria de Engenharia e Arquitetura**

Projeto Básico - SES/SINFRA/DEA

**PROJETO BÁSICO**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13.979/2020**

**1. DECLARAÇÃO DO OBJETO**

Contratação emergencial de empresa de especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sentido de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações deste Termo de Referência.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Considerando a Lei 13.979/20 que dispõe sobre medidas para o “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, que serviu de cenário para a declaração de estado de calamidade pública no Brasil. Dentre essas medidas encontra-se a flexibilização nas regras de aquisição e contratação de bens e de serviços destinados ao combate à crise.

Considerando ainda a Lei 13.979/20 em seu Art. 4º, que traz a seguinte redação:

É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Considerando que o combate à crise pressupõe a adoção de providências materiais necessárias a assegurar a preservação da saúde e da vida humana, por isso é prevista a aquisição e a contratação de bens e de serviços de diversas naturezas de forma urgente pela Administração Pública Federal dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Considerando que encontra-se esgotada a capacidade de ocupação de leitos nas unidades hospitalares da rede SES/DF.

Neste sentido é necessária a contratação pública dos serviços de que trata este Projeto Básico de forma emergencial para criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020.

**3. DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO APRESENTADA**

Contratação de empresa para a execução das adequações necessárias ao funcionamento de um Hospital de Campanha com 200 (duzentos) leitos para atendimento de retaguarda aos pacientes vítimas do COVID-19 no Distrito Federal.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



- 4.1. O prazo para execução dos serviços será de 20 dias.
- 4.2. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 5.1. De acordo com o inciso III do artigo 55, da Lei nº 8.666/93, fica estabelecido que:
- 5.1.1. O pagamento será efetuado após aprovação da CONTRATANTE e liberado em até 30 (trinta) dias, a partir da entrada das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas e desde que as etapas estejam concluídas e correspondam aos valores fixados;
- 5.1.2. O pagamento não será efetuado se os serviços forem rejeitados ou se houver pendência de liquidação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza;
- 5.1.3. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem ocorridos de acordo com a especificação apresentada e aceita;
- 5.2. Qualquer erro ou omissão que venha constar da documentação fiscal ou da fatura será objeto de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;
- 5.3. O contratante não fará nenhum pagamento à Contratada antes de paga ou relevada a multa, que por ventura tenha sido aplicada;
- 5.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Projeto Básico, para efeito de pagamento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento, somente se iniciando e vencendo em dia de expediente da Contratante;
- 5.5. Somente serão remunerados os serviços efetivamente prestados com base no percentual de desconto apresentado pela empresa vencedora a ser aplicado sobre a tabela fornecida pela administração.

## 6. DO VALOR

- 6.1. A respeito da elaboração da planilha da pesquisa de preço para obras e serviços de engenharia é descrita pelo Decreto Federal nº 7.983/2013 Art. 3º, que diz:

O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

E complementada pelo art. 6º, o qual descreve:

Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

- 6.2. Embasados na Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, conforme aponta o art. 4º-E:

**Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de**

**termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.** [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

I - declaração do objeto; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

II - fundamentação simplificada da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

III - descrição resumida da solução apresentada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

IV - requisitos da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

V - critérios de medição e pagamento; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

**VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:** [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

a) Portal de Compras do Governo Federal; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

**c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;** [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

6.3. O valor estimado para a contratação é de R\$ 6.077.270,20 (seis milhões, setenta e sete mil, duzentos e setenta reais e vinte centavos) e está representado na Planilha Orçamentária em anexo (37994759), em seguida da Anotação de Responsabilidade Técnica do orçamentista responsável (37994840).

## 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A empresa deverá comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados.

7.2. Para a habilitação técnica, a empresa a ser contratada deverá comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

7.2.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa a ser contratada e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

7.2.2. Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.

## 8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento, contendo:

8.1.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

8.1.2. Indicação do profissional responsável pelo acompanhamento dos serviços;

- 8.1.3. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso);
- 8.2. Para julgamento da proposta deverá ser adotado o critério de **MENOR PREÇO**, sendo julgada vencedora a empresa que apresentar o maior desconto;
- 8.3. Desse modo, como a licitação será do “Tipo Menor Preço”, a proposta vencedora será a que oferecer o maior desconto sobre o preço orçado pela SES-DF.

## 9. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- 9.1. A contratação oriunda deste Projeto Básico será fiscalizada pelo Executor do Contrato, indicado pela SES/DF.
- 9.1.1. Responsabilidades:
- 9.1.1.1. Verificar a eficiência: utilização de recursos de materiais e equipamentos alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;
- 9.1.1.2. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e
- 9.1.1.3. Atestar a segurança: segurança na prestação do Serviço.
- 9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

## 10. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 10.1. As informações relativas aos recursos orçamentários deverão ser informadas pela unidade competente do Fundo de Saúde do Distrito Federal.

## 11. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. Setor de Recreação Pública Norte, Estádio Nacional de Brasília, Brasília/DF.



Documento assinado eletronicamente por **ISAQUE COSTA DE ALBUQUERQUE - Matr.1694631-6, Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde**, em 01/04/2020, às 18:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SOCRATES ALVES DE SOUZA - Matr. 1686903-6, Diretor(a) de Engenharia e Arquitetura**, em 01/04/2020, às 18:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **38004410** código CRC= **000049B0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

---

00060-00129560/2020-83

Doc. SEI/GDF 38004410



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

**CONTRATO Nº 067/2020 - SES/DF**

CONTRATO QUE  
ENTRE SI  
CELEBRAM O  
DISTRITO  
FEDERAL, POR  
INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
SAÚDE E A  
EMPRESA **CONTARPP  
ENGENHARIA  
LTDA**, NOS  
TERMOS DO  
**PADRÃO Nº  
02/2002**, NA  
FORMA ABAIXO.

**PROCESSO SEI nº [00060-00129560/2020-83](#)**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SAIN Parque Rural s/nº, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.770-200, representada neste ato por **FRANCISCO ARAUJO FILHO**, para responder interinamente pelo Cargo de Natureza Política na qualidade de Secretário de Estado, Símbolo CNP-03, de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Decreto de 16 de março de 2020, publicado no DODF Edição Extra nº 30, de 16 de março de 2020, pg. 01, e a empresa **CONTARPP ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **26.412.148/0001-27**, denominada CONTRATADA, com sede no SHIS, QI 05, Bloco F, sala 210- Centro Comercial Gilberto Salomão, Lago Sul, Brasília - DF, CEP: 71.615-560, Telefone: (61) 3248-2721 e-mail: atendimento@contarpp.com.br, neste ato representada por **RODRIGO CLAVES PEREZ DE ALMEIDA**, portador(a) do RG nº 1440146-SSP/DF e CPF nº 658.590.221-15, na qualidade de representante legal.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO**

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do **Projeto Básico (38004410)**, da Proposta da empresa (38187367.), do Ato Convocatório para **DL emergencial (38010201)**, Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial (38441368)**, com fulcro no Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38468590), da Nota de Empenho (38478534), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e Lei Federal nº 13.979/2020.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. O Contrato tem por objeto a contratação emergencial de empresa de especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sentido de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações constante neste Contrato, nos termos do **Projeto Básico (38004410)**, da Proposta da empresa (38187367), do Ato Convocatório para **DL emergencial (38010201)**, Ratificação da Dispensa de Licitação- **DL emergencial (38441368)**, com fulcro no Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e da Lei Federal 13.979/2020, da Autorização da emissão da Nota de Empenho (38468590), da Nota de Empenho (38478534), e demais disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 13.979/2020, **que passam a integrar o presente Termo.**

**3.2. DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO APRESENTADA**

DESCRIÇÃO

Contratação de empresa para a execução das adequações necessárias ao funcionamento de um Hospital de Campanha com 200 (duzentos) leitos para atendimento de retaguarda aos pacientes vítimas do COVID-19 no Distrito Federal.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA– DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto na Lei 8.666/93 - Art. 6º, VIII, B, empreitada por preço unitário (de cada lote) - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

#### 4.2. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.2.1. O prazo para execução dos serviços será de 20 dias.

4.2.2. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### 4.3. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

4.3.1. A contratação oriunda deste será fiscalizada pelo Executor do Contrato, indicado pela SES/DF.

4.3.1.1. Responsabilidades:

4.2. Verificar a eficiência: utilização de recursos de materiais e equipamentos alocados a Solução de Gestão, desempenho dos profissionais envolvidos, tempo e custo de execução;

4.3. Constatar a eficácia: validação dos resultados gerados pela Solução e verificação de conformidade (se os resultados oferecidos estão atendendo adequadamente às necessidades dos usuários); e

4.4. Atestar a segurança: segurança na prestação do Serviço.

4.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato serão solicitadas aos seus superiores.

#### 4.4. DAS LOCALIDADES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1. Setor de Recreação Pública Norte, Estádio Nacional de Brasília, Brasília/DF.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 5.092.313,27 (cinco milhões, noventa e dois mil trezentos e treze reais e vinte e sete centavos)**, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	23901	23901	23901	23901
II	Programa de Trabalho:	10302620220600003	10302620220600003	10122820285177261	10305820285170034
III	Elemento de Despesa:	339039	339039	339039	339039
IV	Fonte de Recursos:	100000000	138018816	100000000	138018816
V	Valor Inicial	R\$458.750,00	R\$244.997,00	R\$657.290,06	R\$69.079,50
VI	Nota de Empenho:	2020NE03158	2020NE03159	2020NE03160	2020NE03161
VII	Data de Emissão:	09/04/2020	09/04/2020	09/04/2020	09/04/2020
VII	Evento:	400091	400091	400091	400091
VII	Modalidade:	Global	Global	Global	Global

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira em vigor;
- 7.2. O pagamento será efetuado após aprovação da CONTRATANTE e liberado em até 30 (trinta) dias, a partir da entrada das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas e desde que as etapas estejam concluídas e correspondam aos valores fixados;
- 7.3. pagamento não será efetuado se os serviços forem rejeitados ou se houver pendência de liquidação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza;
- 7.4. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem ocorridos de acordo com a especificação apresentada e aceita;
- 7.5. Qualquer erro ou omissão que venha constar da documentação fiscal ou da fatura será objeto de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;
- 7.7. A contratante não fará nenhum pagamento à Contratada antes de paga ou relevada a multa, que por ventura tenha sido aplicada;
- 7.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste CONTRATO, para efeito de pagamento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento, somente se iniciando e vencendo em dia de expediente da Contratante;
- 7.9. Somente serão remunerados os serviços efetivamente prestados com base no percentual de desconto apresentado pela CONTRATADA a ser aplicado sobre a tabela fornecida pela administração.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 8.1. O contrato terá vigência de **ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos**, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se **no artigo 4º-H, da Lei nº 13.979/2020**.

**9. CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS**

- 9.1.** Não será exigida garantia contratual, conforme previsto no Art. 56, *caput*, da Lei 8.666/93.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL****10.1.** São obrigações da SES/DF:

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA****11.1.** São obrigações da CONTRATADA:**11.2.** Apresentar ao Distrito Federal :

- até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

- I. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- II. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
- III. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada à modificação do objeto.
- 12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3. Todo e qualquer pedido de alteração do contrato oriundo deste Contrato será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no **Decreto nº 35.831** de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2. Para tanto, considera-se Glosa como parte correspondente à recusa, parcial ou total, de um pagamento que seja julgado indevido ou que será discutido no bojo do processo de aplicação de penalidade. A seu turno, sobrestamento é a suspensão de um pagamento até o cumprimento de alguma providência que esteja a cargo do credor (exibição de documentos, adimplemento de obrigações legais ou contratuais etc.).

### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL**

14.1. O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

15.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Arts. 77, 78, 79, 80 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. No caso de rescisão decorrente do inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados.

15.3 No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podem do, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR**

17.1. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

### 19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no Telefone 0800-6449060.





6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO C. PEREZ DE ALMEIDA, RG n.º 1440146-SSP-DF, Usuário Externo**, em 10/04/2020, às 08:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS - Matr.1688852-9, Testemunha**, em 13/04/2020, às 09:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA - Matr.1694784-3, Testemunha**, em 13/04/2020, às 09:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **38473971** código CRC= **1CE93B01**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00060-00129560/2020-83

Doc. SEI/GDF 38473971



## PROPOSTA DE PREÇO

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Assunto: Contratação Emergencial de Empresa. Dispensa de Licitação.

Ofício Nº. 453/2020-SES/SUAG

A empresa Contarpp Engenharia LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.412.148/0001-27, CF/DF: 07.311.308/001-33, sediada no endereço SHIS QI 05 Bloco F Sala 210 – Centro Comercial Gilberto Salomão – Lago Sul – Brasília/DF, vem através desta apresenta nossa Proposta de Preço, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL para adequar e Estádio Nacional Mané Garrincha, visando à implementação o Hospital de Campanha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento da doença do Coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico.**

O valor proposto para a execução dos serviços é de **R\$ 5.092.313,27 (Cinco milhões, noventa e dois mil, trezentos e treze reais e vinte e sete centavos).**

Prazo de validade da proposta, 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega.

Os profissionais responsáveis Técnicos pelo acompanhamento dos serviços serão o Eng. Armando Teodoro de Almeida Neto CREA 9.508 D/DF e o Eng. Paulo Roberto Perez de Almeida CREA 438/D-DF.

Declaramos que os preços oferecidos englobam todos os tributos, fretes, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Dispensa;

Declaramos também que a contratada ficará obrigada a executar os serviços de acordo com o Projeto Básico.


### Dados Bancários:

Banco de Brasília - BRB (070)

Agência: 0214

Conta Corrente: 608844-8

Brasília/DF, 03 de abril de 2020.

  
Rodrigo C. Pérez de Almeida  
CPF nº. 658.590.22-15

**CONTARPP ENGENHARIA LTDA.**  
**CNPJ 26.412.148/0001-27**  
SHIS QI 05 BLOCO F SALA 210 – C. COMERCIAL GILBETTO SALOMÃO – LAGO SUL  
CEP: 71.615-560 – BRASÍLIA/DF  
TELEFONE: (61) 3248-2721  
atendimento@contarpp.com.br



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**Processo n.º:** 00600-00000674/20-98-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação, com pedido cautelar, oferecida pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli. Possíveis irregularidades no procedimento de Dispensa de Licitação n.º 453/20 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 leitos de internação para tratamento de pacientes com Covid-19. Decisão n.º 1.225/20. Conhecimento da representação. Diligência à SES/DF. Prazo para manifestação da empresa contratada. **Nesta fase:** Unidade instrutiva sugere o cumprimento parcial do item II da Decisão n.º 1.225/20 e nova determinação à SES/DF, previamente à incursão no mérito da representação, para que apresente esclarecimentos adicionais em relação às questões suscitadas pela representante e outras decorrentes da insuficiência de informações quanto à regularidade da Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF. Voto convergente, com ajustes.

**RELATÓRIO**

Trata-se de representação, com pedido cautelar, formulada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli acerca de possíveis irregularidades no procedimento de Dispensa de Licitação n.º 453/20 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com Covid-19 (peça 3).

Na fase anterior, o Tribunal exarou a Decisão n.º 1.225/20 (peça 8), de seguinte teor:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0; II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias: a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação; b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020; III – conceder o prazo de 5 (cinco) dias à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. para, caso queira, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na representação; IV – autorizar: a) o envio de cópia da representação, da Informação nº 35/2020 – DIASP1, desta decisão e do relatório/voto do Relator à SES/DF e à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.; b) a ciência desta decisão e do relatório/voto do Relator à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush; c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências pertinentes.”*

Nesta oportunidade, ao compulsar os elementos carreados ao feito, a Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp elaborou a Informação n.º 43/20-Diasp1 (peça 25), tecendo para tanto as seguintes considerações:

*“4. Foram encaminhadas comunicações formais à SES/DF, à Representante e à*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

contratada, empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.<sup>1</sup>, tendo a SES/DF disponibilizado o acesso ao Processo SEI nº 00600-00000845/2020-89<sup>2</sup> em 30.04.2020 e encaminhado manifestação em cumprimento à determinação supramencionada<sup>3</sup>.

5. A empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. apresentou seus esclarecimentos em 14/05/2020.<sup>4</sup> Em razão de o pedido de prorrogação de prazo aventado pela citada empresa não ter sido objeto de deliberação, opina-se pela prorrogação automática com fundamento no § 3º do art. 172, do RI/TCDF.

**I - MANIFESTAÇÃO DA SES/DF**

6. A jurisdicionada apresentou manifestação da Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde – SINFRA/SES-DF<sup>5</sup>, na qual consta um breve histórico e motivo da contratação, com destaque para a edição da Lei nº 13.979/2020, dispondo sobre medidas para o “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, dentre as quais a flexibilização nas regras de aquisição e contratação de bens e de serviços destinados ao combate à crise decorrente da pandemia, e o Decreto nº 40.475/2020, que declarou situação de emergência na saúde pública no Distrito Federal.

2. Em relação às questões técnicas suscitadas na Representação<sup>6</sup>, a jurisdicionada ressaltou que a Lei nº 13.979/2020 estabeleceu em seu art. 4º a hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública.

3. E defendeu que a previsão legal consiste na criação de nova hipótese de dispensa de licitação além das previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Dentre as alterações promovidas pela nº 13.979/2020 e suas atualizações, alegou que o mencionado art. 4º elencou a possibilidade de flexibilização das contratações, permitindo, dentre outras, a apresentação de Termo de Referência ou Projeto Básico Simplificado:

**Lei nº 13.979/2020**

[...]

Art. 4º E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, **será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado**.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes

<sup>1</sup> e-DOC: FC2B85D9-c (peça 9); e-DOC 92A71A11-e (peça 10); e-DOC: FC9C9818-e (peça 11) - Documentos cadastrados no E-TCDF em 30.04.2020.

<sup>2</sup> Conforme o informado no e-DOC E9C7B0C6-e (peça 16) e e-DOC: 082C7D01-e (associado).

<sup>3</sup> e-DOC: 0F8C2097-c (peça 12); e-DOC: D6AA639A-c (peça 13); e-DOC: D3FA2484-c (peça 14); e-DOC: BDC1A68D-c (peça 15).

<sup>4</sup> Inicialmente a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. apresentou pedido de prorrogação de prazo para manifestação (e-DOC: 8B4BCF41-c, peça 17), encaminhada ao Exmº Sr. Relator (e-DOC: 2186700Be, peça 18). O presente Processo foi restituído à SEASP em 14.05.2020 (e-DOC: B0BDA576-e, peça 20), após solicitação (e-DOC: 04D7483F-e, peça 19), tendo a citada empresa se manifestado em 14.05.2020 (e-DOC: 52DA224B-c, peça 21).

<sup>5</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12.

<sup>6</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12, fls. 7-11 e 21-24.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

parâmetros:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do **caput**.

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do **caput** não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos." (NR) (grifou-se)

4. Esclareceu que, no âmbito do Distrito Federal, o Decreto nº 40.475/2020 declarou a situação de emergência da saúde pública pelo período de 180 dias, razão pela qual a Procuradoria-Geral do DF opinou pela possibilidade jurídica das Contratações Diretas mediante dispensa de licitação.<sup>7</sup>

5. Por conseguinte, a jurisdicionada alega que ante a situação e diante da necessidade de contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para adequar a o Estádio Mané Garrincha para a implantação do Hospital de Campanha com 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), foi realizada a contratação em comento, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico.

6. Segue a jurisdicionada informando que a Representante, RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, foi inabilitada em razão da ausência de Atestados de Capacidade Técnica Operacional que comprovassem a execução de serviços em edificações hospitalares, nos termos do item 7.2.2 do Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, e citou trechos do parecer firmado nesse sentido.<sup>8</sup>

RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI ME

TJDFT - 38359765, pág. 25.

Ministério da Defesa - 38361435, pág. 1.

BRB - 38361602, pág. 1.

Secretaria de Estado de Cultura - GDF - 38361602, pág. 11.

A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE **PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2**, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação. Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDFT e do BRB. PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.

7. E argumentou que a avaliação das propostas obedeceu a critérios de aceitação previstos no mencionado Projeto Básico, que incluem a avaliação técnica e a oferta de menor preço pelo objeto a ser contratado.

<sup>7</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 185-216 (Parecer Referencial SEI-GDF nº 002/2020PGDF/PGCONS).

<sup>8</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12, fls. 10 e 21-24.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

8. Em relação à aventada omissão e negativa de publicidade declarada pela Representante, esclareceu que não recebeu qualquer recurso por parte da empresa quanto a sua inabilitação técnica.

9. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura da SES/DF citou ainda “parecer análogo ao citado em que o Tribunal de Contas em seu Voto referente a Decisão nº 964/2020, relativa ao Processo nº 14.166/2019-e”, no qual teria restado esclarecido que:<sup>9</sup>

[...] No que se refere às duas outras questões suscitadas no feito, relativas à i) **pertinência de se requerer atestado de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com características administrativa ou hospitalar**, a depender do lote; e ii) à existência ou não de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, que dê suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019, concordo também com as conclusões expostas na instrução e no parecer ministerial. De fato, **apesar da ausência de justificativas técnicas específicas, penso ser possível, neste caso concreto, admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar lato sensu, não subsistindo, assim, a aventada irregularidade**. Ademais, restou confirmada a ausência, no processo administrativo correspondente, de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP para fazer frente às condicionantes do Projeto Básico, o que indicaria a inabilitação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019[...].

10. Em complemento a SES/DF encaminhou os seguintes documentos:

- a) cópia de voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator no Processo 14.166/2019-e; da Decisão nº 964/2020 e do Parecer Técnico da Divisão de Engenharia e Arquitetura da SES/DF nesse processo, mencionada no § 10 dessa instrução;<sup>10</sup>
- b) cópia do Ofício nº 453/2020-SES/SUAG, referente à convocação de interessadas para participar da Dispensa de Licitação e do Projeto Básico relacionados à contratação em análise;<sup>12</sup>
- c) documentos apresentados pela Representante para fins de habilitação para a contratação.<sup>11</sup>

**II – PROCESSO SEI Nº 00060-00129560/2020-83**

11. Após consulta ao processo supramencionado, disponibilizado ao Tribunal mediante acesso externo ao sistema SEI por e-mail, foram selecionadas as peças consideradas relevantes para a instrução processual, as quais foram consolidadas em um único documento associado aos autos do Processo em comento.<sup>12</sup>

**III - MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA<sup>13</sup>**

8. A empresa selecionada na Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, defendeu a improcedência das questões suscitadas pela Representante, a qual não teria atendido às exigências do Ofício nº 453/2020 – SES/DF e do item 7.2.2 do respectivo Projeto Básico:

**Projeto Básico**

Item 7.2.2. Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de

<sup>9</sup> e-DOC: 0F8C2097-c, peça 12, fls. 15 e 25-27.

<sup>10</sup> e-DOC: D6AA639A-c, peça 13.

<sup>12</sup> e-DOC: D3FA2484-c, peça 14.

<sup>11</sup> e-DOC: BDC1A68D-c, pela 15.

<sup>12</sup> Trata-se do e-DOC: 082C7D01-e (associado).

<sup>13</sup> e-DOC: 52DA224B-c, peça 21.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

*forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares compatível com as características. o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.*

9. Ademais, alegou que a Representante teria se limitado a encaminhar Atestados de Capacidade Técnica de serviços prestados ao TJDF, ao Ministério da Defesa e ao BRB – Banco de Brasília, que não tinham por objeto a manutenção predial ou a construção de edificação de hospital, em descompasso com a exigência fixada no citado Projeto Básico.

10. Da mesma forma, argumentou pela improcedência da alegação da Representante quanto ao encaminhamento de proposta mais vantajosa à Administração, posto que a expressão “proposta mais vantajosa” não se limitaria à apresentação do menor preço, devendo atender também às demais exigências previstas pelo Poder Público, referentes aos requisitos da contratação: qualificação técnica; habilitação jurídica; habilitação fiscal e trabalhista; qualificação econômico-financeira; critérios de aceitação e julgamento da proposta, e menor preço.

11. Em relação à alegação de falta de acesso à informação, a manifestante argumentou que incumbe à Administração Pública prestar os devidos esclarecimentos, todavia, que o sistema de comunicação adotado no certame em exame entre a Administração e os interessados se encontra explicitado no citado Ofício nº 453/2020 – SES/DF, que encaminhou o Projeto Básico a empresas para fins de apresentação de propostas

12. Por fim, esclareceu que após o recebimento da Ordem de Serviços, iniciou a execução do objeto de que trata o ajuste firmado em razão da Dispensa de Licitação em análise, o **Contrato nº 67/2020 – SES/DF**<sup>14</sup>, sendo que devido ao prazo de execução de apenas 20 (vinte) dias, o objeto contratual já se encontrava executado, aguardando o recebimento definitivo por parte do contratante.<sup>15</sup>

#### **IV – ANÁLISE**

13. A par das alegações da SES/DF, da Representante e da empresa contratada e após análise dos autos do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83, verifica-se a necessidade de que a jurisdicionada esclareça questões suscitadas pela Representante, assim como outras decorrentes da insuficiência de informações quanto à regularidade da Dispensa de Licitação nº 452/2020 – SES/DF, que resultou no **Contrato nº 067/2020 - SES/DF**, com a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27.

#### Exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações do tipo hospitalar

14. O Processo de contratação inicia-se com o Documento de Oficialização da Demanda<sup>16</sup>, seguido de Documento Consolidador de Demanda<sup>17</sup> relativos à obra para adequação do Estádio Mané Garrincha para a implantação de leitos de UTI para atender à situação de emergência na saúde.

15. Em seguida, consta nos autos do processo SEI o Projeto Básico<sup>20</sup> acompanhado de Planilha Orçamentária com a descrição dos serviços, referência de preços, quantidades, custos unitários e total estimados.<sup>18</sup>

16. Em análise aos itens constantes da descrição do objeto da contratação, não foram identificados serviços com especificação que possam ser enquadrados a

<sup>14</sup> 082C7D01-e (associado), fls. 231-236.

<sup>15</sup> e-DOC: 52DA224B-c, peça 21, fls. 14.

<sup>16</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 1-4.

<sup>17</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 16-19.

<sup>20</sup> 082C7D01-e (associado), fls. 38-42.

<sup>18</sup> 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

como hospitalares, porquanto os itens relacionados se referem, a priori, a **serviços comuns de engenharia**.

17. A título exemplificativo, foram relacionados os itens de maior relevância constantes na Planilha Orçamentária da SES/DF para o certame em comento, considerando-se, neste caso, aqueles que apresentam os maiores preços:

**Tabela 1- Representatividade dos valores estimados para os itens de parcela de maior relevância para a Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF.**<sup>19</sup>

Itens do Projeto Básico	Descrição do item	Valores estimados	% do total estimado para a contratação
02.01	Serviço de retirada de placas e montantes de forro mineral incluindo transporte manual até caçambas de entulho e organização do material a ser transportado.	R\$ 1.229.461,19	20,23%
03.04	Fornecimento e instalação de divisória tipo naval E = 35mm Cor branca	R\$ 481.459,67	7,92%
04.01	Fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral	R\$ 1.190.076,59	19,58%
06.01	Instalações elétricas (materiais e serviços de fornecimento e instalação de quadros de distribuição – itens 06.01.08 e 06.01.09).	R\$ 1.212.259,98	19,95%
<b>Total dos itens relacionados</b>		<b>R\$ 4.113.257,43</b>	<b>67,68%</b>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO</b>		<b>R\$ 6.077.270,20</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 – SES/DF.

18. Impende destacar a impossibilidade de se avaliar, neste momento, a adequabilidade dos valores e quantitativos contratados, tendo em vista os itens mais relevantes serem resultado de composição de itens (mão-de-obra e materiais), para os quais não foram informadas as respectivas composições, tampouco terem sido anexados aos autos os projetos das instalações.

19. Nesta linha, constatou-se diferença significativa entre os valores propostos pela empresa contratada e outras quatro empresas que obtiveram parecer desfavorável à habilitação em razão de não terem cumprido o item 7.2.2 do Projeto Básico - “Atestados (s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares”<sup>20</sup>.

20. Na Tabela a seguir encontra-se a listagem das empresas desclassificadas em razão do mencionado item 7.2.2 do citado Projeto Básico, com os respectivos valores das propostas apresentadas e representatividade quanto ao valor estimado pela SES/DF (R\$ 6.077.270,20):

**Tabela 2 - Propostas apresentadas na Dispensa de Licitação nº 453/2020.**

Empresas que apresentaram propostas	Valor Proposto	% de desconto	Posição
MACRO ENGENHARIA	R\$ 2.931.643,82	51,76%	1ª

<sup>19</sup> 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.

<sup>20</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 179-184.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

RVA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS	R\$ 4.405.470,12	27,50%	2ª
COMBRASEN	R\$ 4.831.429,80	20,50%	3ª
ATIVOS ENGENHARIA	R\$ 4.904.581,80	19,30%	4ª
CONTARPP ENGENHARIA LTDA.	R\$ 5.092.313,27	16,21%	5ª

Fonte: Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 – SES/DF, fls. 179-184.

21. Consoante as informações da Tabela acima, há indícios de que a exigência de qualificação técnica atrelada à realização de serviços de manutenção, reforma ou construção de edificações do tipo hospitalar, venha a caracterizar a prática de ato antieconômico, com prejuízo ao erário estimado em **R\$ 2.160.669,45** (dois milhões, cento e sessenta mil, seiscentos e sessenta e nove reais, quarenta e cinco centavos).<sup>21</sup>

22. Ademais, vislumbra-se o equívoco por parte da Diretoria de Engenharia e Arquitetura em relação à alegação da SES/DF de que no Voto condutor da Decisão nº 964/2020, nos autos do Processo nº 14.166/2019, o i. Relator teria aquiescido com a possibilidade de “admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar lato sensu”,

23. Isso devido ao citado Processo n.º 14.166/2019 versar sobre contratação de serviços de manutenção predial a serem executados em instalações hospitalares em funcionamento, em conjunto com outras sem essa característica. Assim, apesar de não ter sido minudentemente esclarecida a pertinência da junção, em um único lote, desses dois tipos de edificações, o Relator, naquela oportunidade, entendeu aceitável a exigência prévia de expertise em ambiente hospitalar.

24. Diferentemente do mencionado precedente, no presente caso a contratação destina-se à adaptação de instalação predial ociosa no intuito de torná-la apta a receber pacientes em tratamento do COVID-19. Frise-se, que os indícios apontam que o objeto contratado se limitou a serviços comuns de engenharia, como a troca de forro de teto, adaptações da rede elétrica e instalações hidrossanitárias, dentre outros.

25. Assim, verifica-se a necessidade de esclarecimentos por parte da SES/DF quanto à necessidade de exigência de qualificação técnica em serviços característica hospitalar, considerando que a totalidade dos itens relacionados na planilha orçamentária do objeto da contratação se referem a serviços comuns de engenharia.

Ausência de publicidade de informações relacionadas à desclassificação da Representante

26. Inobstante a informação da SES/DF de que não recebeu qualquer recurso por parte da empresa Representante contra a sua inabilitação técnica, verificou-se que consta nos autos do Processo SEI da contratação em exame cópia de Requerimento Administrativo de preposto da Representante<sup>22</sup>, datado de 14.04.2020, com pedido de informações, abertura de prazo para apresentação de recurso e suspensão do certame, seguido de comunicações eletrônicas<sup>23</sup>, sendo que não foi identificada nos autos qualquer manifestação da SES/DF a respeito.

<sup>21</sup> Diferença do valor contratado em relação à proposta da Macro Engenharia.

<sup>22</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 263-265.

<sup>23</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 266-267.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

27. Assim, entende-se pela necessidade de que a SES/DF apresente esclarecimentos quanto à ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela Representante.

*Impropriedades na especificação dos itens relativos ao objeto da contratação*

28. Embora constem referências em cópias de comunicações eletrônicas expedidas a empresas interessadas na Dispensa de Licitação de **plantas e estudo leiaute**, denominados **03\_PISO -1 \_ ARQ-08PE-FLH-004-R06\_ 2 subsolo.dwg**, **01\_ PISO -2 \_ ARQ-08PE-FLH-002-R10\_ 3 subsolo.dwg** e **estudo leiaute - planta nível 01.dwg**<sup>24</sup>, tem-se que estes documentos não se encontram disponibilizados nos autos do respectivo processo SEI, o que inviabilizou a realização de análises quanto à adequação da metodologia e das justificativas utilizadas para a necessidade, a estimativa e a fixação dos quantitativos dos itens nos patamares indicados na Planilha Orçamentária<sup>25</sup>.

29. A título exemplificativo, convém mencionar que tanto no Documento de Oficialização da Demanda<sup>26</sup> quanto no Documento Consolidador de Demanda<sup>27</sup>, foi inicialmente fixado o quantitativo de 6.000m<sup>2</sup> para o item **02.01 – Serviço de retirada de forro mineral**, assim como para contratação do mesmo quantitativo no item **04.01 – Fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral**.

30. Todavia, na supramencionada Planilha Orçamentária, o item **02.01** (retirada do forro de teto existente) foi majorado para **8.705,3 m<sup>2</sup>** e o item **04.01** (colocação de novo forro de teto) reduzido para **4.325,65 m<sup>2</sup>**, não tendo sido identificadas justificativas para as alterações, tampouco para a necessidade do dimensionamento destes itens nesses expressivos quantitativos.

31. Ainda em relação aos itens relacionados na Planilha Orçamentária<sup>28</sup>, identificou-se que a estimativa de valores para diversos itens não decorre diretamente da Tabela SINAPI, ou de outros referenciais, mas de “composição de preços”, cuja metodologia de apuração não se encontra demonstrada nos autos.

32. Por conseguinte, necessária a apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada quanto à metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “**composição**”, devidamente acompanhada de documentação comprobatória.

33. Ademais, convém requisitar o encaminhamento em mídia digital ou outro meio eletrônico de **plantas e “estudo leiaute – planta nível 01.dwg”**, para fins de análise pelo corpo instrutivo.

*Documentação entregue pela CONTARPP ENGENHARIA LTDA em desacordo com o edital de chamamento.*

34. Constatou-se que a proposta apresentada pela empresa selecionada não se encontra acompanhada de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e dos preços por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3. do Projeto Básico da Dispensa de Licitação em análise.<sup>29</sup>

35. Ademais, não consta nos autos qualquer encaminhamento por parte da jurisdicionada para suprir a irregularidade e providenciar a documentação supramencionada, necessária para a correta avaliação da viabilidade da proposta

<sup>24</sup> E-mail enviado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, fls. 56 do e-DOC: 082C7D01-e (associado).

<sup>25</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.

<sup>26</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 1-4.

<sup>27</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 16-20.

<sup>28</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.

<sup>29</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 29-41 e 73.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

contratada, devendo a SES/DF diligenciar nesse sentido e disponibilizar o acesso desses documentos a esta Corte de Contas.

**V - CONCLUSÃO**

36. Ante o exposto, conclui-se pela insuficiência dos esclarecimentos apresentados pela SES/DF e necessidade da apresentação de novos esclarecimentos, devidamente acompanhados de documentação comprobatória abarcando ainda as questões suscitadas na presente instrução, referentes à:

a) exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de **edificações hospitalares**, considerando que a totalidade dos itens do objeto da contratação se referem, a priori, a serviços comuns de engenharia;

b) ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela Representante solicitando informações quanto à sua desclassificação no certame, abertura de prazo para recurso e suspensão do processo licitatório;

c) metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “**composição**”, devidamente acompanhada de documentação comprobatória;

d) proposta da contratada desacompanhada de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3. do Projeto Básico da Dispensa de Licitação em comento.

37. Ademais, convém requisitar o encaminhamento em mídia digital ou outro meio eletrônico dos documentos relativos a plantas e projetos, à exemplo dos denominados: **03\_PISO -1\_ ARQ-08PE-FLH-004-R06\_ 2 subsolo.dwg, 01\_PISO -2\_ ARQ-08PE-FLH-002-R10\_ 3 subsolo.dwg e estudo leiaute - planta nível 01.dwg**, elaborados para a definição do objeto da Dispensa de Licitação nº 453/2020, que resultou no Contrato nº 067/2020;

38. Por fim, conveniente ressaltar que consta no respectivo Processo SEI que o Contrato nº 067/2020 – SES/DF<sup>30</sup>, decorrente da Dispensa de Licitação 453/2020 – SES/DF, foi assinado eletronicamente em 09.04.2020, com a fixação do prazo de 20 (vinte) para a execução dos serviços, e de até 30 (trinta) para o pagamento após a entrada das Notas Fiscais/Faturas atestadas. E que consta nos autos do referido processo o Relatório de Vistoria para Termo de Ocupação (recebimento parcial do serviço objeto em referência), realizada em 13.05.2020.<sup>31</sup>

Ante o exposto, sugeriu ao egrégio Plenário:

“I. conhecer da documentação constante nos e-DOCs: [FC2B85D9c](#) (peça 9); [92A71A11-e](#) (peça 10); [FC9C9818-e](#) (peça 11); [0F8C2097-c](#) (peça 12); [D6AA639A-c](#) (peça 13); [D3FA2484-c](#) (peça 14); [BDC1A68D-c](#) (peça 15); [E9C7B0C6-e](#) (peça 16); [8B4BCF41-c](#) (peça 17); [2186700B-e](#) (peça 18); [04D7483F-e](#) (peça 19); [52DA224B-c](#) (peça 21) e e-DOC: [082C7D01-e](#) (associado);

II. considerar parcialmente cumprido pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF o item II da Decisão 1225/2020;

III. determinar que a SES/DF:

a) apresente novos esclarecimentos no prazo de 05 (cinco) dias, devidamente acompanhados de documentação comprobatória sobre as questões suscitadas na

<sup>30</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 231 -236

<sup>31</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 291-294)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*presente instrução, referentes à Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF, que resultou no Contrato nº 067/2020-SES/DF, quanto à:*

*i. exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que a totalidade dos itens do objeto da contratação se referem, a priori, a serviços comuns de engenharia;*

*ii. ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela Representante solicitando informações quanto à sua desclassificação no certame, abertura de prazo para recurso e suspensão do processo licitatório;*

*iii. metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “composição”, devidamente acompanhada de documentação comprobatória;*

*iv. ausência na proposta apresentada pela empresa contratada de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3. do respectivo Projeto Básico;*

*b) encaminhe ou disponibilize no prazo de 5(cinco) dias em mídia digital ou outro meio eletrônico de **plantas e “estudo leiaute – planta nível 01.dwg”**, mencionados no § 37 da presente instrução;*

*IV. autorizar:*

*a) o encaminhamento de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser prolatada à SES/DF;*

*b) a ciência da decisão que vier a ser proferida à empresa Contarpp Engenharia, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush;*

*c) retorno dos autos à SEASP para as providências pertinentes.”*

É o relatório.

**VOTO**

Trata-se de representação, com pedido cautelar, formulada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli acerca de possíveis irregularidades no procedimento de Dispensa de Licitação n.º 453/20 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com Covid-19 (peça 3).

Em suma, foi apontado que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF teria descartado proposta financeira mais vantajosa apresentada pela ora representante, com o gravame de estar omitindo os motivos que ensejaram sua inabilitação, com possível afronta ao princípio do contraditório por não lhe ter sido oportunizado o direito de recorrer contra a decisão que lhe foi desfavorável.

Ressalte-se que o Contrato n.º 67/20-SES/DF, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF, foi assinado eletronicamente em 09.04.20, com a fixação do prazo de 20 (vinte) dias para a execução dos serviços, e de até 30 (trinta) dias para o pagamento após a entrada das notas fiscais/faturas atestadas.

Submetida à matéria à apreciação na Sessão Ordinária n.º 5.206, de 29.04.20, foi exarada a Decisão n.º 1.225/20 (peça 8), de seguinte teor:





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0; II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias: a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação; b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020; III – conceder o prazo de 5 (cinco) dias à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. para, caso queira, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na representação; IV – autorizar: a) o envio de cópia da representação, da Informação nº 35/2020 – DIASP1, desta decisão e do relatório/voto do Relator à SES/DF e à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.; b) a ciência desta decisão e do relatório/voto do Relator à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush; c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências pertinentes.”*

Em resposta ao item II do *decisum*, a SES/DF disponibilizou o acesso ao Processo SEI n.º 00060-00129560/20-83, em 30.04.20, com manifestação acerca dos fatos representados. Por sua vez, a empresa Contarpp Engenharia Ltda. apresentou os esclarecimentos de peça 21, na data de 14.05.20, em resposta ao item III.

Ao analisar a referida documentação, por meio da Informação n.º 43/20-Diasp (peça 25), a Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp verificou que **ainda não é possível resolver o mérito da exordial**, fazendo-se necessário colher esclarecimentos adicionais em relação às questões suscitadas pela representante e outras decorrentes da insuficiência de informações quanto à regularidade da Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF.

Em razão disso, sugeriu ao egrégio Plenário tomar conhecimento dos documentos juntados ao feito, considerar parcialmente atendido o item II da Decisão n.º 1.225/20, determinar à SES/DF que apresente esclarecimentos adicionais e autorizar o retorno dos autos àquela unidade técnica para os devidos fins.

Pois bem. Esta etapa processual deveria cuidar do exame de mérito da representação. Todavia, após confrontar o teor da representação com os elementos carreados neste momento, em especial as peças do Processo SEI n.º 00060-00129560/20-83, o corpo técnico identificou uma série de questões cujo esclarecimento prévio é curial para se decidir o mérito da exordial com a correção que a matéria requer.

Tais questões dizem respeito a aspectos suscitados pela representante ou decorrentes da insuficiência de informações quanto à regularidade da Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF, que resultou no Contrato n.º 67/20-SES/DF, firmado com a empresa Contarpp Engenharia Ltda.

Nesse sentido, em breve síntese, verifica-se que a representante foi **inabilitada** por ausência de **atestados** de capacidade técnica operacional que comprovassem a execução de **serviços em edificações hospitalares**, nos termos do item 7.2.2 do Projeto Básico da Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF, trazendo à colação, inclusive, trechos do parecer firmado nesse sentido, que seria análogo ao entendimento constante do voto-condutor da Decisão n.º 964/20 (Processo n.º 14.166/19-e).

Ocorre que a detalhada análise técnica demonstrou que a totalidade



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

dos itens do objeto da contratação se referem, em princípio, a **serviços comuns de engenharia**, o que não justificaria a exigência de qualificação técnica em serviços com especificação que possam ser enquadrados como hospitalares, consoante a tabela abaixo, que apresenta os itens de maior relevância constantes da Planilha Orçamentária elaborada pela Secretaria de Saúde para o certame:

**Tabela 1- Representatividade dos valores estimados para os itens de parcela de maior relevância para a Dispensa de Licitação nº 453/2020 – SES/DF.**<sup>32</sup>

<i>Itens do Projeto Básico</i>	<i>Descrição do item</i>	<i>Valores estimados</i>	<i>% do total estimado para a contratação</i>
02.01	<i>Serviço de retirada de placas e montantes de forro mineral incluindo transporte manual até caçambas de entulho e organização do material a ser transportado.</i>	R\$ 1.229.461,19	20,23%
03.04	<i>Fornecimento e instalação de divisória tipo naval E = 35mm Cor branca</i>	R\$ 481.459,67	7,92%
04.01	<i>Fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral</i>	R\$ 1.190.076,59	19,58%
06.01	<i>Instalações elétricas (materiais e serviços de fornecimento e instalação de quadros de distribuição – itens 06.01.08 e 06.01.09).</i>	R\$ 1.212.259,98	19,95%
<b>Total dos itens relacionados</b>		R\$ 4.113.257,43	67,68%
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO</b>		R\$ 6.077.270,20	100,00%

Fonte: Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83 – SES/DF.

Outrossim, como assentou a instrução, **diferentemente** do que foi debatido no Processo n.º 14.166/19-e, no presente caso **a contratação destina-se à adaptação de instalação predial ociosa** no intuito de torná-la apta a receber pacientes em tratamento do Covid-19, com indícios, no momento, de que “o objeto contratado se limitou a serviços comuns de engenharia, como a troca de forro de teto, adaptações da rede elétrica e instalações hidrossanitárias, dentre outros”.

Em outra frente, ao contrário do afirmado pela SES/DF, que sustentou que não recebeu qualquer recurso por parte da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli contra a sua inabilitação técnica, a instrução apurou que foi acostada cópia no Processo SEI n.º 00060-00129560/20-83 de **requerimento administrativo de preposto da referida empresa**, datado de 14.04.20, “com pedido de informações, abertura de prazo para apresentação de recurso e suspensão do certame, seguido de comunicações eletrônicas”, não tendo sido identificada qualquer manifestação da SES/DF a respeito.

Observa-se também que embora constem do Processo SEI n.º 00060-00129560/20-83 cópias de comunicações eletrônicas expedidas a empresas interessadas na Dispensa de Licitação fazem referência a plantas e estudo leiaute, denominados “03\_PISO -1 \_ ARQ-08PE-FLH-004-R06\_ 2 subsolo.dwg”, “01\_ PISO -2 \_ ARQ-08PE-FLH-002-R10\_ 3 subsolo.dwg” e “estudo leiaute - planta nível 01.dwg 27”, tais documentos não se encontram disponibilizados para consulta.

Diante disso, não havendo informações mais detalhadas, **residem**

<sup>32</sup> 082C7D01-e (associado), fls. 34-36.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**dúvidas** quanto à adequação da metodologia e das justificativas utilizadas para a necessidade, a estimativa e a fixação dos quantitativos dos itens nos patamares indicados na Planilha Orçamentária, conforme faz prova, por exemplo, o seguinte apontamento técnico:

*“29. A título exemplificativo, convém mencionar que tanto no Documento de Oficialização da Demanda<sup>33</sup> quanto no Documento Consolidador de Demanda<sup>34</sup>, foi inicialmente fixado o quantitativo de 6.000m<sup>2</sup> para o item **02.01 – Serviço de retirada de forro mineral**, assim como para contratação do mesmo quantitativo no item **04.01 – Fornecimento e instalação de forro tipo fibra mineral**.*

*30. Todavia, na supramencionada Planilha Orçamentária, o item **02.01** (retirada do forro de teto existente) foi majorado para **8.705,3 m<sup>2</sup>** e o item **04.01** (colocação de novo forro de teto) reduzido para **4.325,65 m<sup>2</sup>**, não tendo sido identificadas justificativas para as alterações, tampouco para a necessidade do dimensionamento destes itens nesses expressivos quantitativos.*

*31. Ainda em relação aos itens relacionados na Planilha Orçamentária<sup>35</sup>, identificou-se que a estimativa de valores para diversos itens não decorre diretamente da Tabela SINAPI, ou de outros referenciais, mas de “composição de preços”, cuja metodologia de apuração não se encontra demonstrada nos autos.*

Adicionalmente, colhe-se da instrução que a **proposta** da contratada foi apresentada **desacompanhada de planilha orçamentária** com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3 do Projeto Básico, não tendo sido identificado encaminhamento posterior para suprir a irregularidade e providenciar a documentação supramencionada, necessária para a correta avaliação da viabilidade da proposta contratada.

Nesse contexto, tenho ser adequada a sugestão técnica no sentido de **determinar à Secretaria de Saúde** que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente novos esclarecimentos, devidamente acompanhados de documentação comprobatória, abarcando as questões antes referidas.

Penso ser oportuno, ainda, **facultar igual prazo à empresa Contarpp** para também apresentar esclarecimentos sobre a **ausência** de Planilha Orçamentária na sua proposta, enviando-lhe cópia da decisão a ser adotada, da Informação n.º 43/20-Diasp e do relatório/voto para subsidiar a manifestação.

Com isso, acredito que na próxima fase, em conjunto, os esclarecimentos acerca dos fatos representados e dos demais aspectos suscitados pela unidade técnica permitirão avaliar adequadamente a regularidade da Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF, resolvendo-se o mérito da exordial.

Consigno, ainda, que deve ser dada ciência da decisão a ser adotada à signatária da representação, empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli.

Ante o exposto, incorporando às minhas razões de decidir os fundamentos lançados pela unidade instrutiva, com os ajustes que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

<sup>33</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 1-4.

<sup>34</sup> e-DOC: 082C7D01-e (associado), fls. 16-20.

<sup>35</sup> (associado), fls. 34-36.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

I – conheça da documentação constante dos e-docs: [FC2B85D9c](#) (peça 9); [92A71A11-e](#) (peça 10); [FC9C9818-e](#) (peça 11); [0F8C2097-c](#) (peça 12); [D6AA639A-c](#) (peça 13); [D3FA2484-c](#) (peça 14); [BDC1A68D-c](#) (peça 15); [E9C7B0C6-e](#) (peça 16); [8B4BCF41-c](#) (peça 17); [2186700B-e](#) (peça 18); [04D7483F-e](#) (peça 19); [52DA224B-c](#) (peça 21) e e-DOC: [082C7D01-e](#) (associado);

II – considere parcialmente cumprido pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF o item II da Decisão n.º 1.225/20;

III – determine à SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) apresente novos esclarecimentos, devidamente acompanhados de documentação comprobatória sobre as questões suscitadas na Informação n.º 43/20-Diasp (peça 25), referentes à Dispensa de Licitação n.º 453/20-SES/DF, que resultou no Contrato n.º 67/20-SES/DF, quanto à:

1. exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que a totalidade dos itens do objeto da contratação se referem, em princípio, a serviços comuns de engenharia;

2. ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela representante solicitando informações quanto à sua desclassificação no certame, abertura de prazo para recurso e suspensão do processo licitatório;

3. metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “composição”;

4. ausência na proposta apresentada pela empresa contratada de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3 do respectivo Projeto Básico;

b) encaminhe ou disponibilize em mídia digital ou outro meio eletrônico documentos de plantas e estudo leiaute mencionados no § 37 da Informação n.º 43/20-Diasp;

IV – faculte à empresa Contarpp Engenharia Ltda. o prazo de 5 (cinco) dias para, caso queira, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação à ausência de Planilha Orçamentária na sua proposta, em desacordo com a exigência do item 8.1.3 do respectivo Projeto Básico, referida no item III.a.4 anterior;

V – autorize:

a) a ciência desta decisão:

1. à empresa signatária da representação;

2. à SES/DF, com a disponibilização do acesso às peças do processo, para subsidiar o cumprimento do item III;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

- b) o envio de cópia desta decisão, da Informação n.º 43/20-Diasp (peça 25) e do relatório/voto do Relator à empresa Contarpp Engenharia Ltda., para subsidiar a sua manifestação;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp para as providências pertinentes.

Brasília, em 3 de junho de 2020.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**



# DIÁRIO OFICIAL

## D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLIX EDIÇÃO EXTRA Nº 52

BRASÍLIA - DF, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2020

## SUMÁRIO

SEÇÃO I SEÇÃO II SEÇÃO III

PAG. PAG. PAG.

Poder Executivo.....	1	2	
Secretaria de Estado de Economia.....		3	
Secretaria de Estado de Saúde.....	1		4
Secretaria de Estado de Segurança Pública.....			5
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.....			5

## SEÇÃO I

## PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 40.613, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Determina a priorização das manifestações dos órgãos públicos necessárias à aprovação ou habilitação de projetos arquitetônicos, expedição de licenças de obras ou certificação de conclusão das obras que envolvam equipamentos de saúde públicos ou particulares, a fim de conter o avanço de casos de COVID-19 no Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII, X e XXVI, do art. 100, e o art. 202 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como o art. 9º do Decreto nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020, que declarou a situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, e, ainda, com base nos art. 26, 67 e 75, §3º, do Decreto nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, tendo em vista os artigos de 11 e 55 da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, DECRETA:

Art. 1º Os órgãos envolvidos no licenciamento de obras de equipamentos de saúde públicos ou privados no Distrito Federal, em qualquer das fases previstas no art. 21 da Lei nº 6.138, de 2018, devem prestar sua respectiva manifestação no prazo de dois dias úteis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Brasília, 13 de abril de 2020.

132º da República e 60º de Brasília  
IBANEIS ROCHA

DECRETO Nº 40.614, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Declara estado de emergência ambiental no Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso XXV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estado de emergência ambiental no Distrito Federal, entre os meses de abril e novembro de 2020.

Art. 2º Os órgãos que integram o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 37.549, de 15 de agosto de 2016, devem adotar, no âmbito de suas competências, as medidas necessárias para prevenir e minimizar as ocorrências e os efeitos dos incêndios florestais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de abril de 2020.

132º da República e 60º de Brasília  
IBANEIS ROCHA

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 237, DE 13 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde, Decreto Nº 39.546/2018, publicado no DODF nº 241, de 20/12/2018, e considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020, que a contaminação com o Coronavírus, causador do COVID-19, restou caracterizada como uma pandemia; e,

Considerando as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicando alteração no padrão epidemiológico de ocorrência da Doença Causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no SUS, com a introdução do vírus no Brasil (São Paulo) e que em 30 de janeiro de 2020 instituiu a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIIN);

Considerando o Plano de Contingência do Distrito Federal - Coronavírus/COVID-19 frente a resposta a esse evento e também como estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados.

Considerando a publicação da NOTA INFORMATIVA Nº 5/2020-DAF/SCITIE/MS a qual define o uso da Cloroquina como terapia adjuvante no tratamento de formas graves do COVID-19, resolve:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal disponibilizará a Cloroquina 150 mg fornecida pelo Ministério da Saúde aos hospitais do Distrito Federal para os pacientes hospitalizados com forma grave e com caso crítico de COVID-19, conforme estabelecido pelo órgão.

Art. 2º Fica definida a cautela mínima para estoque nos hospitais conforme o Anexo I.

Art. 3º A reposição da cautela será realizada mediante o envio do Formulário para Solicitação de Cloroquina à SES-DF (Anexo II) assinado e carimbado pelo médico assistente para o e-mail diasfses@gmail.com

Art. 4º Após a avaliação e autorização dos formulários enviados, o hospital deverá retirar o medicamento no endereço SIA trecho 4, lote 1840 a 1890, de segunda à sexta nos horários das 8h às 12h e das 14h às 17h

Art. 5º Os hospitais da SES-DF deverão realizar a saída individualizada por paciente, por meio do sistema Alphalinc.

Parágrafo único: a cautela e o fluxo poderão ser revistos a qualquer tempo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


FRANCISCO ARAÚJO FILHO

## Anexo I

HOSPITAL	CAUTELA
HOSPITAIS COM LEITOS DE UTI DEDICADOS AOS PACIENTES INFECTADOS POR COVID	10 tratamentos (20 blister c/ 10 comprimidos cada)
Demais hospitais da SES-DF com leitos de UTI	5 tratamentos (10 blister c/ 10 comprimidos cada)
Hospitais privados e públicos não pertencentes à SES-DF	3 tratamentos (6 blister c/ 10 comprimidos cada)

Observação: além da cautela será enviado aos hospitais o tratamento para pacientes já internados em estado grave ou crítico

Anexo II



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CLOROQUINA PARA TRATAMENTO DE CORONAVÍRUS (COVID-19)**

Número da notificação no SINAN: \_\_\_\_\_ (Solicitar ao serviço de vigilância epidemiológica)  
Data da solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1. INSTITUIÇÃO SOLICITANTE**

Hospital ou instituição: \_\_\_\_\_  
Médico solicitante: \_\_\_\_\_  
CRM: \_\_\_\_\_

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

Nome do paciente: \_\_\_\_\_  
Nome da mãe: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

**3. EXAME**

Teste: ( ) Positivo ( ) Negativo ( ) Não realizado

**4. CRITÉRIO DE INDICAÇÃO**

Paciente hospitalizado com forma grave ou crítico de COVID-19

- ( ) dispneia;
- ( ) frequência respiratória  $\geq 30$  min;
- ( ) SpO<sub>2</sub>  $\leq 93\%$ ;
- ( ) PaO<sub>2</sub>/FiO<sub>2</sub>  $< 300$  e/ou infiltração pulmonar  $> 50\%$  dentro das 24 a 48 horas;
- ( ) falência respiratória;
- ( ) choque séptico e/ou disfunção de múltiplos órgãos
- ( ) paciente abaixo de 60kg (fazer ajuste de 7,5mg/kg de peso)
- ( ) insuficiência renal ou insuficiência hepática graves (reduzir a dose para 50%)

Dose prescrita: \_\_\_\_\_ mg/dia Número de comprimidos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo do médico)

## SEÇÃO II

### PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 13 DE ABRIL DE 2020

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 840, de 23 de dezembro de 2011, c/c com Parecer nº 937/2017- PRCON/PGDF, bem como a instrução contida no Processo SEI-GDF nº 00063-00001599/2019-19, resolve:

TORNAR PÚBLICA as solicitações de reposicionamento para o final da lista de classificação dos candidatos abaixo aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 21 - SEPLAG/FHB, de 21/09/2017, publicado no DODF nº 189, de 02/10/2017, para exercerem o cargo de Analista de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

ADMINISTRAÇÃO: LEANDRO DIAS PEREIRA, 6º.  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: MIGUEL CRISTALDO BARRETO, 9º; JOSE GERALDO FERREIRA LIMA, 11º; BERNARDO MARTINS PINA, 12º.

TORNAR PÚBLICA as declarações de desistência definitiva de vaga dos candidatos abaixo aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 21 - SEPLAG/FHB, de 21/09/2017, publicado no DODF nº 189, de 02/10/2017, para exercerem o cargo de Analista de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: JACO COSTA DE ALBUQUERQUE, 7º; PAULO HENRIQUE FELIX DE MELO, 10º.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto no § 2º do art. 13 da Lei nº 840, de 23 de dezembro de 2011 e § 5º do art. 17, bem como, instrução contida no Processo SEI-GDF nº 00063-00001599/2019-19, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, em decorrência da solicitação de reposicionamento para o final da lista de classificação, conforme Processo SEI-GDF nº 00063-00001599/2019-19, a nomeação da candidata abaixo, publicada no DODF nº 13, de 20/01/20, referente ao concurso público objeto do Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 21 - SEPLAG/FHB, de 21/09/2017, publicado no DODF nº 189, de 02/10/2017, para exercer o cargo de Analista de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

ADMINISTRAÇÃO: THAIS ANDRADE FERNANDES, 5º.

TORNAR SEM EFEITO, em decorrência do não comparecimento para posse em tempo hábil, conforme Processo SEI-GDF nº 00063-00001599/2019-19, a nomeação dos candidatos abaixo, publicada no DODF nº 244, de 24/12/2019, referente ao concurso público objeto do Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 21 - SEPLAG/FHB, de 21/09/2017, publicado no DODF nº 189, de 02/10/2017, para exercerem o cargo de Analista de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: LUIS MIGUEL GODINHO MESSIAS, 5º.

COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO): ANDREA XAVIER DA SILVA, 3º.

TORNAR SEM EFEITO, em decorrência do não comparecimento para posse em tempo hábil, conforme Processo SEI-GDF nº 00063-00001599/2019-19, a nomeação dos candidatos abaixo, publicada no DODF nº 244, de 24/12/2019, referente ao concurso público objeto do Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 18 - SEPLAG/FHB, de 04/09/2017, publicado no DODF nº 177, de 14/09/2017, para exercerem o cargo de Técnico de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA: ANA LOUISE FERREIRA DE ARAUJO, 31º; BRUNO FRANCO FERNANDES BARBOSA, 34º; CRISTIENE COSTA CARNEIRO, 37º; JUSSARA APARECIDA COSTA BRANDAO, 39º.

INFORMÁTICA: HENRIQUE LEANDRO DE SOUZA, 6º.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando o disposto no Artigo 14 da Lei nº 840, de 23 de dezembro de 2011, bem como, a instrução do Processo SEI-GDF nº 00063-00001599/2019-19, resolve:

NOMEAR, os candidatos abaixo, aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 21 - SEPLAG/FHB, de 21/09/2017, publicado no DODF nº 189, de 02/10/2017, para exercerem o cargo de Analista de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de

# DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação, Administração e Editoração:  
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 102, Térreo.  
CEP: 70075-900, Brasília/DF.  
Telefones: (0XX61) 3961-4503 - 3961-4596

IBANEIS ROCHA  
Governador

MARCUS VINICIUS BRITTO  
Vice-Governador

VALEDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

RAIANA DO EGITO MOURA  
Subsecretária de Atos Oficiais

ANTÔNIO PÁDUA CANAVIEIRA  
Subsecretário de Tecnologia da Informação

Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, em substituição às nomeações tomadas sem efeito decorrência de solicitação de reposicionamento para o final da lista de classificação ou não comparecimento para posse em tempo hábil, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

ADMINISTRAÇÃO: HENRIQUE SANJIRO YUZUKI FARIAS, 7º.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: LUCAS AUGUSTO DE ALMEIDA, 15º.

COMUNICAÇÃO SOCIAL (JORNALISMO): JOAO NETO DE SOUSA SILVA, 4º.

NOMEAR os candidatos abaixo, aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 18 - SEPLAG/FHB, de 04/09/2017, publicado no DODF nº 177, de 14/09/2017, para exercerem o cargo de Técnico de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, em substituição às nomeações tomadas sem efeito em decorrência do não comparecimento para posse em tempo hábil, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA: ARIADNE DE ALMEIDA BRANCO OLIVEIRA, 41º; AMANDA DE OLIVEIRA WERNECK RODRIGUES, 42º; MAJOY MARTINS VERGUEIRO, 43º; CAMILAH AMORIM ABRAO, 44º.

INFORMÁTICA: RHANDERIS LISBOA GOMES, 7º.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, considerando o disposto no Artigo 14 da Lei nº 840, de 23 de dezembro de 2011, bem como, a instrução do Processo SEI-GDF nº 00063-00001392/2020-88, resolve:

NOMEAR, os candidatos abaixo, aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 21 - SEPLAG/FHB, de 21/09/2017, publicado no DODF nº 189, de 02/10/2017, para exercerem o cargo de Analista de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

ADMINISTRAÇÃO: LUCAS MOURA DIAS, 8º; GLAUCO COSTA DE OLIVEIRA, 9º.

ANALISTA DE LABORATÓRIO: ANDRESSA DE CASSIA FERNANDES COLOMBO, 25º; LUIZ HENRIQUE PAZ DE LIMA, 26º; VIVIANNE MACHADO DE ARAUJO, 27º; ANA CECILIA SZEWINSK SOUSA, 28º; FLAVIA ALVES MARTINS, 29º.

ARQUIVOLOGIA: RENAN VIANA DE ARAUJO, 2º.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLIANA LEONARDO DOS SANTOS, 2º.

CONTABILIDADE: ALINE BORGES BARBOSA, 7º; LUANNA CAMILLA FERNANDES ALVES, 8º.

ENFERMAGEM: ARIANNY INACIO DE OLIVEIRA CARVALHO, 14º; JUNIA VITORIA DE ALCANTARA ASSIS, 15º; CINTHIA GUIMARAES CORTES, 16º; KASSIA CORREA CASTRO, 17º; JANAYNA DE FATIMA MOREIRA, 18º.

ESTATÍSTICA: THAIS HELENA FERNANDES TEIXEIRA, 2º.

FARMÁCIA: BRUNO PINHEIRO DOS SANTOS, 4º. Pessoa com Deficiência: MAIRA NUNES PEREIRA, 1º.

FISIOTERAPIA: DANILLO NUNES DE AGUIAR, 2º.

PSICOLOGIA: MARIANA LEMOS ALMEIDA, 3º.

NOMEAR os candidatos abaixo, aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 01 - SEPLAG/FHB, de 10/11/2016, publicado no DODF nº 214, de 14/11/2016 e Edital de Resultado Final nº 18 - SEPLAG/FHB, de 04/09/2017, publicado no DODF nº 177, de 14/09/2017, para exercerem o cargo de Técnico de Atividades do Hemocentro, da Carreira Atividades do Hemocentro do Quadro de Pessoal da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme a seguir (especialidade, nome, classificação):

ADMINISTRATIVO: LUCAS FERNANDES VERAS SARDEIRO, 23º; CECILIA ALVARES CORREA, 24º; VALBER SILVA DE CASTRO, 25º; JOAO LUCAS MAGALINI ZAGO, 26º; ALINE DE ARAGAO ZAMBRANA, 27º; RENATA PELUSO DE OLIVEIRA, 28º; THAISA MAVIGNIER CASARI, 29º; FERNANDA PEREIRA DE SOUZA, 30º; MILENA FERRAZ GONTIJO SOARES, 31º; WEBERTI CIRILO SANTOS SILVA, 32º; VANESSA LAGES ECHEVERRIA, 33º; JORDANA DE OLIVEIRA NEVES, 34º; ANDRE LUIZ FERNANDES, 35º. Pessoas com Deficiência: PABOLA RIBEIRO DOS SANTOS, 5º; VITOR NASCIMENTO DOS SANTOS, 6º; WANDER ALVES CAJAZEIRA, 7º.

CONTABILIDADE: ALINE BORGES BARBOSA, 6º.

HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA: CASSIA KAROLINA PANIAGO, 45º; THAIANA CIRQUEIRA GONCALVES, 46º; FRANCISCO PAULINO DOS SANTOS SALES, 47º; ADRIANA LUIZA PESSOA, 48º; BRUNA CAMILA DOS SANTOS, 49º; LETICIA SIQUEIRA RODRIGUES, 50º; ALEXIA RAQUEL PINTO MOREIRA, 51º; ROSANA DA CUNHA LIMA, 52º; JOAO PAULO LOPES DE ANDRADE, 53º; JANAYNA DE FATIMA MOREIRA, 54º; LUNA GARCIA DAHER, 55º.

RADIOLOGIA: LUANA TEIXEIRA CARDOSO, 5º.

IBANEIS ROCHA

## SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

### SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - EM LIQUIDAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01, DE 06 DE ABRIL DE 2020

O LIQUIDANTE DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A. – SAB (Em Liquidação), no uso das atribuições Estatutárias conferidas no Art. 48, inciso IX, do Estatuto Social desta Sociedade, e considerando o Parágrafo único do Art. 8º do Decreto nº 40.253, de 11 de novembro de 2019, na forma da instrução do Processo nº 00121-00000346/2020-11, resolve:

Art. 1º Instituir o Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG, órgão colegiado de caráter decisório no âmbito da Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. - SAB (Em Liquidação), subordinado tecnicamente ao Comitê Gestor da Transformação Digital - CGTD, instituído pela Portaria nº 017, de 27 de Janeiro de 2020, com a seguinte composição:

I- RICARDO ALEXANDRE DE ALMEIDA - Matrícula nº 4310-9;

II- RENATA GONÇALVES DA SILVA - Matrícula nº 4303-6; e,

III- VINICIUS DE ANDRADE DE CORNELIO - Matrícula nº 4270-6.

§ 1º O Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG deve ser presidido pelo Liquidante da SAB S.A. (Em Liquidação) e, na sua ausência, pelo Senhor Rene Ferreira - Chefe de Gabinete/SAB S.A (Em Liquidação).

§ 2º O Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG deve elaborar o seu Plano de Transformação Digital, instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação e comunicação, que tem como objetivo facilitar e simplificar o acesso dos cidadãos e empresas aos serviços públicos prestados nos diferentes temas, bem como atender às necessidades finalísticas da SAB S.A (Em Liquidação).

§ 3º O Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG deve submeter seu Plano de Transformação Digital à aprovação do Comitê Gestor de Transformação Digital.

§ 4º Os titulares podem indicar representantes, os quais os substituirão também no direito a voto, não cabendo ao substituto do titular da Secretaria votar duas vezes, no caso da ausência do titular.

§ 5º O Subcomitê pode reunir-se com quórum mínimo de 50% de seus integrantes.

§ 6º As decisões do Subcomitê devem ser tomadas por maioria simples.

§ 7º No caso de empate, o Presidente do Subcomitê Gestor de Transformação Digital - SGTG tem direito a voto de desempate.

§ 8º A função de membro do Subcomitê é indelegável e não remunerada.

Art. 2º Compete ao Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG:

I- elaborar seu Plano de Transformação Digital - PDT, como contribuição ao alcance dos objetivos estabelecidos na Estratégia de Governança Digital do Distrito Federal - EGD/DF, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta Portaria.

II- promover o compartilhamento de informações e analisar o impacto das suas iniciativas no ambiente digital, visando à harmonização e à promoção de eficiência e sinergia entre as ações dos diferentes órgãos e entidades governamentais;

III - acompanhar e avaliar, periodicamente, os resultados da Governança Digital, a partir de indicadores e metas predefinidas no seu Plano de Transformação Digital - PTD, e oferecer subsídios, sempre que solicitado pelo CGTD, às atividades de articulação e de monitoramento de programas de Governo do Distrito Federal;

IV - deliberar sobre a atualização e a revisão periódica do seu Plano de Transformação Digital;

V - opinar sobre qualquer tema relacionado às suas competências.

Art. 3º Compete ao Presidente do Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG:

I - convocar e presidir as reuniões do Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG;

II - avaliar e definir os assuntos a serem incluídos em pauta;

III - cumprir e fazer cumprir esta Ordem de Serviço; e,

IV- autorizar a apreciação de matérias não incluídas na pauta de reunião.

Art. 4º O Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG deve se reunir mensalmente em caráter ordinário.

Parágrafo único. A convocação extraordinária deve se dar por ato do Presidente do Subcomitê Gestor da Transformação Digital - SGTG, podendo ser solicitada por quaisquer de seus membros.

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS MONTEIRO DE OLIVEIRA



## SEÇÃO III

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2019

A Subsecretária de Administração Geral autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação Nº 041/2019, ofício 27/2020, processo 00060-00374930/2018-11, cujo objeto é a aquisição emergencial material de consumo, LACEN/CORANTES - SES (100072, 100074, 51920, 8342, 8343, 95075, 95079, 95292, 95516, 95628, 96290, 96435) em favor da empresa JKLAB PRODUTOS E SOLUCOES P/ LABORATORIO, no valor total de R\$ R\$ 737,69 (setecentos e trinta e sete reais e sessenta e nove reais), Conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 11 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. FRANCISCO ARAÚJO FILHO, Secretário de Estado de Saúde.

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 254/2019

A Subsecretária de Administração Geral autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 254/2019, processo 00060-00431303/2018-94, cujo objeto é a aquisição emergencial do material médico Suplemento para meio de cultura, tipo sangue de carneiro desfibrinado SES (31674) /BR (329500), em favor da empresa ACROMED PROD. DE BIOTECNOLOGIA E DIAG. EIRELI-EPP, no valor total de R\$ 16.436,93 (dezesseis mil quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos). Conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 11 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. FRANCISCO ARAÚJO FILHO, Secretário de Estado de Saúde.

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2019

A Subsecretária de Administração Geral autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 277/2019, processo 00060-00175532/2019-02, cujo objeto é a aquisição emergencial do medicamento ARIPIRAZOL COMPRIMIDO 15MG 1- SES (18777) BR (284101) em favor da empresa VERA CRUZ DIST. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, no valor total de R\$2.181,60 (Dois mil cento e oitenta e um reais e sessenta centavos). Conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 11 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. FRANCISCO ARAÚJO FILHO, Secretário de Estado de Saúde.

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 341/2019

## CONVOCAÇÃO 08/2020

A Subsecretária de Administração Geral autorizou a realização de despesa mediante Dispensa de Licitação nº 341/2019 convocação 08/2020, processo 00060-00381994/2018-78, cujo objeto é a aquisição emergencial do material médico SONDA DE FOLEY 2 VIAS LÁTEX Nº 18 - SES (92439) BR (0436003) em favor da empresa CIRURGICA FERNANDES C.MAT.CIR.HO.SO.LTDA, no valor total de R\$ 16.825,00 (dezesseis mil oitocentos e vinte e cinco reais), Conforme especificado no Projeto Básico dos autos, com fundamento legal no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Prévia autorização de acordo com o Decreto nº 34.466 de 18 de junho de 2013. Ato que ratifiquei em 11 de abril de 2020, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e determinei sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. FRANCISCO ARAÚJO FILHO, Secretário de Estado de Saúde.

## EXTRATO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 067/2020-SES/DF. SIGGO: 40873. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.412.148/0001-27. Objeto: Contratação emergencial de empresa de especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sentido de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19). Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, IMPROPRORRÁVEIS, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020. Do Valor: O valor total do Contrato é de R\$ 5.092.313,27 (cinco milhões, noventa e dois mil trezentos e treze reais e sete centavos), em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programas de Trabalho: 10302620220600003, 10302620220600003, 10122820285177261, 10305820285170034. Natureza das Despesas: 339039. Fonte de Recursos: 100000000, 138018816, 100000000, 138018816. Notas de Empenho: 2020NE03158, 2020NE03159, 2020NE03160, 2020NE03161.

Valores iniciais: R\$ 458.750,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais), R\$ 244.997,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e novecentos e noventa e sete reais), R\$ 657.290,06 (seiscentos e cinquenta e sete mil e duzentos e noventa reais e seis centavos) R\$ 69.079,50 (sessenta e nove mil e setenta e nove reais e cinquenta centavos). Emitidos em 09/04/2020. Sob o evento: 400091. Na modalidade: Global. Despesa de Publicação: SES. Processo nº: 00060-00129560/2020-83. Data de Assinatura: 10/04/2020. Pela SES/DF: FRANCISCO ARAÚJO FILHO. Pela contratada: RODRIGO CLAVES PEREZ DE ALMEIDA. Testemunhas: HAROLDO CUSTODIO DE FARIAS e PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA.

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2020

Processo: 00060-00116269/2018-21. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 024/2020. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 024/2020A - SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa MALTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - ME, CNPJ nº 29.045.645/0001-22. OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI. ITEM ADJUDICADO: 81, 82, 83 e 84. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 117.650,00. DATA DA ASSINATURA: 13/04/2020. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, FRANCISCO ARAÚJO FILHO; pela Empresa THALES RODRIGUES MALTA. TESTEMUNHAS: VICTOR RIBEIRO DA COSTA e GEYSA ANTUNES MARQUES.

## SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

## AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Saúde comunica, a abertura para recebimento de propostas referente à proposta de Teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM do COVID-19, podendo ser utilizado em amostras de sangue total, soro e plasma, com registro junto à ANVISA, para enfrentamento ao COVID-19, nos termos da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, processo nº 00060-00153393/2020-91 - SES/DF (SEI) e Ofício 654/2020. O recebimento das propostas será até as 15h do dia 14 de abril de 2020, por meio eletrônico através do e-mail dispensadelicitacao.sesdf@gmail.com. O Ofício de convocação e o Projeto Básico poderão ser solicitados através do mesmo e-mail de envio das propostas.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário

## AVISO DE CONVOCAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso X, do Artigo 2º, da PORTARIA nº. 116, de 01 de setembro de 2005, publicada no DODF nº. 169, de 05 de setembro de 2005, CONVOCA as empresas abaixo relacionadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, para assinatura das Atas de Registro de Preços n. 012/2020 no prazo de 03 (três) dias a contar desta publicação.

ATA Nº 012/2020 – PROCESSO Nº 00060-00164267/2019-29 - ALMIX COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI; BIOVALIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS; BIOTEC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; BMD - COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA; COLOPLAST DO BRASIL LTDA; L.D.M. EQUIPAMENTOS LTDA; METHABIO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA; MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretário

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES  
CENTRAL DE COMPRAS

## AVISO DE ABERTURA

## PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 99/2020 - UASG 926119

Objeto: Aquisição, em Sistema de Registro de Preços, de material de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) – BALÃO PARA DILATAÇÃO ENDOSCÓPICA E OUTROS, não contemplados na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde – DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº 00060-00588102/2018-68. Total de 22 itens (Ampla concorrência, cotas reservadas e itens exclusivos às ME/EPPs). Valor estimado R\$ 1.594.266,3225. Cadastro das Propostas: a partir de 14/04/2020. Abertura das Propostas: 27/04/2020 às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ

Pregoeira

## AVISO DE REABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 89/2020 - UASG 926119

Objeto: Aquisição regular do medicamento CARBOPLATINA INJETAVEL 450 MG FRASCO - AMPOLA e outros em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital. Processo: 00060-00307260/2019-16. Total de 18 itens (Ampla concorrência com cotas às ME/EPP e exclusividade às ME/EPP). Valor Estimado: R\$ 5.474.963,4292. Cadastro das Propostas: a partir de 14/04/2020. Abertura das Propostas: 27/04/2020, às 09 horas, horário de Brasília, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES

Pregoeira

## AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2020 - UASG 926119

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG, comunica a SUSPENSÃO da licitação supracitada, que tem como objeto aquisição regular do medicamento ETOSUXIMIDA XAROPE 50MG/ML FRASCO 120ML e outros, para avaliação técnica dos questionamentos apresentados.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ

SECRETARIA DE ESTADO  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

## POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 65 /DGP - PMDF, DE 13 DE ABRIL DE 2020

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CFOPM PRORROGAÇÃO

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 35-DGP/PMDF, publicado no DODF nº 217, de 18 de novembro de 2016, referente ao concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, e em conformidade com o previsto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal, RESOLVE: PRORROGAR, por 02 (dois) anos, a contar de 13 de abril de 2020, o prazo de validade do Concurso Público atinente ao Edital nº 035-DGP/PMDF-2016 e alterações subsequentes, conforme previsto no subitem 24.3, o qual teve seu resultado final homologado em 13 de abril de 2018, consoante publicação no Diário Oficial do Distrito Federal nº 22, de 13 de abril de 2018.

JULIAN ROCHA PONTES

SECRETARIA DE ESTADO  
DE JUSTIÇA E CIDADANIA

## SECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2020 - SEJUS

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 114, do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, publicado no DODF nº 87, de 29 de abril de 2013, pag. 2, e, delegadas pelo art. 1º, incisos XVI, XVII, XVIII, XIX e XXII, da Portaria 141, de 5 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 9 de julho de 2019, pag. 12, bem como o contido no artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, considerando ainda o Programa "SUA VIDA VALE MUITO - HOTELARIA SOLIDÁRIA", bem como considerando a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, da mesma OMS, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN veiculada pela Portaria no 188/GM/MS, em 4 de fevereiro de 2020, e o previsto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), TORNA PÚBLICO, o presente edital de chamamento público, da seguinte forma:

## 1. DO OBJETO

1.1 O presente EDITAL tem por objetivo comunicar a abertura do cadastro de idosos em situação de vulnerabilidade social para serem selecionados à participar do Programa "SUA VIDA VALE MUITO - HOTELARIA SOLIDÁRIA", que visa oferecer hospedagem em estabelecimento hoteleiro, para pessoas com idade igual ou superior a 60

anos, independentes, residentes no Distrito Federal, que se encontrem em vulnerabilidade domiciliar, sob risco de contaminação, buscando a prevenção da COVID-19, pelo período de até 3 meses.

## 2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1 O presente chamamento público tem como público-alvo pessoas de baixa renda, com idade igual ou superior a 60 anos, não infectadas pelo coronavírus, que se encontrem em condições de vulnerabilidade domiciliar e/ou que estejam compartilhando moradia com pessoas infectadas ou suspeitas de infecção pelo coronavírus e impossibilitadas de se manter em isolamento social.

## 3. DA INSCRIÇÃO

3.1 A inscrição se dará por meio de preenchimento e envio de formulário de cadastro, disponível no sítio eletrônico: [suavidavalemuio@sejus.df.gov.br](mailto:suavidavalemuio@sejus.df.gov.br).

3.2 O link estará disponível para a inscrição das 8 horas do dia 13 de abril de 2020, até às 18 horas do dia 28 de junho de 2020.

3.3 A inscrição não garante a participação no Programa. Os dados informados serão objeto de análise para seleção do(a) candidato(a) inscrito(a).

3.4 A Secretaria de Justiça e Cidadania poderá reabrir as inscrições por necessidade de incremento nos atendimentos, em razão da emergência em saúde pública.

## 4. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

4.1 Ato da Secretária de Estado de Justiça e Cidadania instituirá a comissão de seleção, bem como tratará dos requisitos e critérios de seleção das pessoas cadastradas.

## 5. DA COMUNICAÇÃO E DO CONVITE

5.1 A comunicação aos selecionados será feita por meio de notificação por mensagem de e-mail, por mensagem pelo aplicativo de WhatsApp ou por ligação telefônica, conforme dados informados no formulário de inscrição.

5.2 A lista com a relação das pessoas selecionadas também poderá ser consultada no sítio eletrônico: [suavidavalemuio@sejus.df.gov.br](mailto:suavidavalemuio@sejus.df.gov.br).

5.3 A SEJUS não se responsabilizará pelo não recebimento da comunicação em razão do preenchimento errôneo do cadastros.

5.4 A pessoa selecionada que não responder o comunicado ou não se apresentar no endereço informado na data estipulada, será automaticamente excluída do programa.

## 6. DA ADESÃO AO PROGRAMA

6.1 Para a adesão ao Programa, a pessoa selecionada deverá:

6.1.1 Apresentar-se no estabelecimento de hotelaria, na data e no horário determinado pela Secretaria de Justiça e Cidadania, para efetivar a adesão ao Programa;

6.1.2 Assinar Termo de responsabilidade; e

6.1.3 Não apresentar febre e/ou sintomas respiratórios compatíveis com da COVID-19 e, quando testado para diagnóstico de contaminação pelo coronavírus, tenha resultado negativo.

## 7. DAS RESPONSABILIDADES

7.1 São responsabilidades da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania:

7.1.1 Coordenar, por meio da Subsecretaria de Políticas para Idoso, o processo de seleção para a participação no Programa "SUA VIDA VALE MUITO - Hotelaria Solidária", compreendidos os procedimentos de inscrição, comunicação, convite, adesão e gestão das vagas disponíveis; e

7.2 São responsabilidades dos(as) idosos(as) participantes do Programa "SUA VIDA VALE MUITO - Hotelaria Solidária":

7.2.1 Apresentar-se no estabelecimento de hotelaria, na data e no horário determinado pela SEJUS;

7.2.2 Cumprir, no curso da estadia, as regras definidas pelo hotel;

7.2.3 Cumprir os protocolos e as orientações, aplicáveis à situação, definidos pelas SEJUS e pela Secretaria de Estado de Saúde - SES, durante a participação no Programa; e

7.2.4 Submeter-se à aferição de temperatura corporal e ao teste para diagnóstico de contaminação pelo coronavírus, sempre que solicitado.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 É de responsabilidade exclusiva dos(as) interessados(as) o acesso, o preenchimento e o envio do formulário de Inscrição.

8.2 É de responsabilidade exclusiva dos inscritos a verificação periódica: de seus correios eletrônicos; da caixa de spam ou de lixo eletrônico; do aplicativo de mensagem WhatsApp e a disponibilidade para o recebimento de ligação telefônica, com a finalidade de permitir o recebimento das notificações referentes ao Programa.

8.3 É condição para adesão ao Programa não apresentar febre e/ou sintomas respiratórios compatíveis com os da COVID-19, e, também, quando testado para diagnóstico de contaminação pelo coronavírus, tenha resultado Negativo.

8.4 Caberá à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, a resolução dos casos omissos e possíveis alterações neste Edital.

8.5 Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos no sítio eletrônico: [suavidavalemuio@sejus.df.gov.br](mailto:suavidavalemuio@sejus.df.gov.br); pelos telefones (61) 3213-0742; (61) 3213-0764; ou (61) 99126-9102 WhatsApp.

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO



Zimbra

protocolo@tc.df.gov.br


---

**Protocolo de Representação**

---

**De :** Adovaldo Dias de Medeiros Filho  
<adovaldo.filho@cl.df.gov.br>

qui, 24 de set de 2020 19:41

 7 anexos

**Assunto :** Protocolo de Representação

**Para :** protocolo@tc.df.gov.br

**Cc :** Deputado Leandro Grass  
<dep.leandrograss@cl.df.gov.br>, Roberta Carolina  
Caldas Terra Rios Bosco Soares  
<roberta.rios@cl.df.gov.br>,  
leandrograss@gmail.com

Prezados, boa noite.

De ordem do Deputado Leandro Grass, segue representação para protocolo nesta Corte de Contas. Além da representação, seguem seis documentos anexos.

Muito atentiosamente.

Adovaldo Dias de Medeiros Filho  
Assessor do Deputado Leandro Grass  
(61) 3348-8132 e 99145-0309

---

 **Representação Hospital de Campanha\_assinado\_24\_09.pdf**  
256 KB

 **1 - DODF 045 02-04-2020 EDICAO EXTRA A - Aviso de Abertura da Dispensa de Licitação.pdf**  
73 KB

 **2 - SEI\_GDF-38004410-Projeto-Básico-do-Contrato-067-2020.pdf**  
129 KB

 **3 - Contrato-67-SES-DF.pdf**  
136 KB

 **3 - Proposta-do-Contrato-067-2020.pdf**  
228 KB

 **4 - 67420\_SES\_repres\_empresaprivada\_merito\_informacoesadicionais\_conv.pdf**  
884 KB

 **5 - DODF 052 13-04-2020 EDICAO EXTRA - Extrato do contrato.pdf**  
407 KB

---

